



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SIMONE SOUSA LUCENA

**A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO
DE POMBAL: ESTUDO DE CASO**

**SOUSA - PB
2007**

SIMONE SOUSA LUCENA

**A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO
DE POMBAL: ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do CCJS da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Esp. Antonio Firmino da Silva Neto.

**SOUSA - PB
2007**

SIMONE SOUSA LUCENA


**A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO
DE POMBAL: ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada em _____ de _____ de 2007, como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Campina Grande, obtendo o conceito de _____ atribuído pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Antonio Firmino da Silva Neto
Orientador

Profº. Ms. José Ribamar Marques de Carvalho
Examinador


Profª. Ms. Victoria Puntriano Zúñiga
Examinadora

Aos meus pais: Orlando e Fátima, não apenas esse trabalho, mas todas as minhas conquistas, que em nenhum momento deixaram de me apoiar e incentivar.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A DEUS por ter me dado o dom da vida, saúde, coragem, força de vontade para realização deste curso e a conclusão dessa monografia.

Aos meus pais, que sempre foram o porto seguro onde pude me apoiar.

Aos meus familiares que torceram por mim, e que de alguma maneira se dedicaram e se preocuparam com a minha formação.

Aos meus professores, que com muita dedicação, transmitiram conhecimentos.

Ao meu Orientador Prof. Antonio Firmino da Silva Neto pelo incentivo, simpatia e atenção, em todos os momentos de discussão, para o desenvolvimento dessa monografia.

Aos meus companheiros de curso, que tornaram todos os momentos felizes e divertidos.

“Todos os homens do mundo na medida em que se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos”.

(Antonio Gramsci).

RESUMO

O orçamento participativo é uma ferramenta de democratização do processo orçamentário, que pode ser aplicada em qualquer região ou município por proporcionar uma adaptação de acordo com as peculiaridades de cada localidade. Dessa forma esse trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo de caso sobre a realização do Orçamento Participativo no município de Pombal dando evidência ao capítulo IV de que trata da implantação e da experiência, enfocando todo processo de fundação e realização da participação popular no município. Nesse sentido, a legislação contempla a importância de um planejamento democrático. A Constituição Federal em seu inciso XII, do art. 29 estabelece que o planejamento municipal, deve ter a participação popular através das cooperativas e associações decidindo sobre as políticas e aplicabilidade dos recursos públicos. O tema central deste Estudo de Caso está voltado a apresentar a importância da experiência do Orçamento Participativo como forma de inovação da administração pública do município de Pombal. Com a realização dessa pesquisa foi possível observar que a população do município de Pombal aceitou a convocação para participar do Orçamento Participativo de forma positiva, onde recebeu vários benefícios melhorando a qualidade de vida da população e despertando um desejo de participar cada vez mais da administração pública.

Palavras-chave: Orçamento Público. Orçamento Participativo. Democracia.

ABSTRACT

The budget participant is a tool of democratization of the budgetary process, that can be applied in any area or municipal district for providing an adaptation according to the peculiarity of each place. In that way this work has the objective of presenting a study of in case about the accomplishment of the budget participant in the municipal district of Pombal giving evidence to the chapter IV that's about the insertion and of the experience, focusing every foundation process and accomplishment of the popular participation in the municipal district. In that sense, the legislation contemplates the importance of a democratic planning. The Federal Constitution in its article XII, of the art. 29 establish that the municipal planning should have the popular participation through the cooperatives and associations deciding about the politicize and the application of the public resources. The central theme of this Study of Case has the purpose of presenting the importance of budget Participant's experience like form of innovation of the public administration of the municipal district of Pombal. With the accomplishment of that research it was possible to observe that the population of the municipal district of Pombal accepted the summons to participate of budget participant in a positive way, where received several benefits improving the quality of life of the population and waking up a desire to participate more and more of the public administration.

keyword: Public budget. Budget participant. Democracy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 1 até o setor 7.....	35
Quadro 2: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 8 até o setor 14.....	35
Quadro 3: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 15 até o setor 21.....	36
Quadro 4: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 22 até o setor 28.....	36
Quadro 5: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 29 até o setor 35.....	37
Quadro 6: Demandas de 2006 e 2007.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero.....	39
Gráfico 2: Participou do Orçamento Participativo.....	39
Gráfico 3: Ano de Participação do Orçamento.....	40
Gráfico 4: Através de que meios você tomou conhecimento da implantação do Orçamento Participativo.....	40
Gráfico 5: Localização da Comunidade.....	41
Gráfico 6: O chamamento para a participação do Orçamento Participativo.....	41
Gráfico 7: Conceito para a iniciativa do Orçamento Participativo.....	42
Gráfico 8: O Orçamento Participativo contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.....	42
Gráfico 9: Realizações das reuniões para os debates do Orçamento Participativo.....	43
Gráfico 10: Todos participam do Orçamento Participativo.....	43
Gráfico 11: Benefício reivindicado no Orçamento Participativo.....	44
Gráfico 12: Áreas beneficiadas no Orçamento Participativo.....	44
Gráfico 13: Orçamento Participativo deve continuar.....	45
Gráfico 14: Propõe a participar do Orçamento Participativo 2008.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
CF	Constituição Federal
COP	Coordenação do Orçamento Participativo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei de Orçamento Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
OBZ	Orçamento Base Zero
ONGS	Organizações não Governamentais
OP	Orçamento Participativo. Orçamento Participativo
PPA	Plano Plurianual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e problema	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Especifico	14
1.3 Justificativa do estudo	14
1.4 Metodologia da pesquisa	16
1.5 Organização do trabalho	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Orçamento Público	18
2.1.1 Princípios Orçamentários	19
2.1.2 Tipos de Orçamentos	21
2.1.3 Ciclo Orçamentário	23
2.1.4 Leis Orçamentárias	24
3 Orçamento Participativo	26
3.1 Objetivo do Orçamento Participativo	26
3.2 Áreas de Aplicação e o Princípio da Auto-Regulamentação do Orçamento Participativo.....	27
3.3 Metodologia e princípios norteadores para a elaboração do Orçamento Participativo.....	28
4 ANÁLISE E DISCUÇÃO DOS RESULTADOS	31
4.1 A Experiência do Orçamento Participativo no Município de Pombal	31
4.1.1 Implantação: Construindo para um Processo Democrático.....	31
4.1.2 Metodologia aplicada para a elaboração no orçamento participativo do município de Pombal.....	33
4.1.3 A execução em 2006 e 2007.....	37
4.1.4 Análise dos dados coletados na sociedade civil organizada.....	38
5 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49

APÊNDICES	52
APÊNDICE A – Questionário para agentes públicos municipais.....	53
APÊNDICE B – Questionário para a sociedade civil organizada.....	55
ANEXOS	57
ANEXO A – Convite para o Plano Plurianual (PPA).....	58
ANEXO B – Nota de Audiência Pública.....	59
ANEXO C – Formulário de Solicitações.....	60
ANEXO D – Plano Plurianual (PPA) 2006/2009.....	61
ANEXO E – Atas de Audiência Pública.....	66

1 INTRODUÇÃO

No Brasil o Orçamento Público era elaborado de forma antidemocrática, onde a gestão pública governava de forma centralizada a população sentia-se incapaz de entender o orçamento público devido a sua elaboração ser de forma técnica, como também pela falta de transparência na realização da administração dos bens públicos. Os orçamentos eram elaborados ou pelos gestores públicos ou pelos agentes políticos, isso fazia com que a administração pública voltasse apenas para a análise da previsão das receitas e fixação das despesas embasadas no ano anterior.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei 4.320/64 estabelecem a criação de instrumento legais de planejamento que foi o Orçamento Programa e o Orçamento Base Zero, esses meios não atingiram a expectativa da população que cada vez mais se organizavam e tentavam através dos seus representantes no Poder Legislativo democratizarem a administração pública.

Com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, onde discorre sobre o princípio da transparência, a sociedade civil organizada conquistava novos horizontes. Surge então o Orçamento Participativo (OP), uma forma nova de democratização do processo orçamentário, onde nesse processo toda comunidade participa de forma ativa nas decisões e na elaboração do orçamento público.

Entretanto, o foco principal desta pesquisa se refere ao desempenho que o Município de Pombal realizou para a implantação do Orçamento Participativo. Nesse sentido, esse trabalho visa avaliar a implantação do OP, demonstrar as prioridades por parte na comunidade local no período 2005 e 2006.

1.1 Tema e problema

O orçamento é composto pelas informações que servem para auxiliar nas ações governamentais. Através dele o governo tenta satisfazer às necessidades da sociedade, devido a uma diversidade de necessidades sociais, muitas vezes não se consegue realizar os desejos da comunidade.

Porém, para atender aos anseios da comunidade, as administrações públicas contam com o orçamento participativo como ferramenta essencial nas tomadas de decisão.

O orçamento participativo auxilia a sociedade no direito de opinar nas decisões administrativas da gestão pública, declarando para os gestores as suas necessidades e carências a fim de conseguirem minimizar as desigualdades sociais e exercerem a sua cidadania.

Este trabalho busca mostrar um estudo de caso sobre a implantação do Orçamento Participativo no Município de Pombal que se propõe como seguinte problema: A implantação do orçamento participativo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar se a implantação do Orçamento Participativo contribui para beneficiar a qualidade de vida da população de Pombal - Pb.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar conceito de orçamento público e orçamento participativo;
- Demonstrar a forma de implantação do orçamento participativo no município de Pombal;
- Delinear sobre a importância do orçamento participativo, e como ele é realizado no município de Pombal;
- Verificar a contribuição do orçamento participativo beneficiando a melhoria da qualidade de vida da população do município de Pombal.

1.3 Justificativa

O Orçamento Participativo permite que os cidadãos participem da elaboração do orçamento, dando suas opiniões e definindo suas prioridades, isso torna a administração pública mais democrática.

A opção pelo trabalho sobre a temática: A experiência do Orçamento Participativo no município de Pombal reflete a necessidade de aquisição de conhecimentos e informações sobre a problemática por parte dos cidadãos, a fim de possibilitar o desenvolvimento de um trabalho onde a interação configura-se como um meio de atuação democrática na administração pública.

A participação direta da população expressando suas necessidades promove uma interação entre a política e a sociedade, o Orçamento Participativo pode ser considerado como processo inovador por proporcionar transparências das ações governamentais. Dessa forma, discutir esse tema é um processo educativo de suma importância como instrumento que propicia conhecimento, envolvendo cidadãos na tomada de consciência, como sujeitos políticos e críticos que reivindicam seus direitos e exigem dos seus representantes o cumprimento do seu papel como gestor comprometido com a seriedade e responsabilidade em administrar os bens públicos.

A introdução do Orçamento Participativo configura-se como uma nova dinâmica de interação, permitindo uma forma de participação direta da população no processo de tomada de decisões governamentais, e nessa abordagem esse trabalho viabiliza uma metodologia de aprendizagem onde professores e alunos possam discutir a temática no contexto local como forma de aprendizagem e exercício da cidadania.

Considera-se também de fundamental importância, observando-se que existe em nossa sociedade um vício de corrupção e desmandos com os recursos públicos o que causa enormes prejuízos a sociedade. Nesse sentido, envolver a sociedade civil organizada nas ações que definem a aplicação de verbas e na implementação de serviços para a comunidade como uma forma de minimizar os desvios de recursos públicos garantindo o exercício da cidadania é fato importante desse processo.

Dessa forma esse trabalho justifica-se pelo fato de ser um instrumento que pode favorecer a fiscalização e acompanhamento dos gastos do poder executivo, por parte da sociedade civil, visto que é possível conhecer de onde vêm os recursos para o município e como será gasto e investido.

1.4 Metodologia da pesquisa

Para a execução deste estudo foi utilizada a seguinte metodologia: levantamento bibliográfico sobre a temática, através de livros, apostilas e sites de internet. Em seguida foi realizado um estudo de campo onde se utilizou atas de audiências públicas e foi realizada uma entrevista através do questionário A, direcionado as pessoas que organizaram o orçamento participativo, junto a 9 agentes públicos municipais esses são eram as pessoas que trabalham na prefeitura, os secretários da educação, ação social, saúde, entre outros, que compõe toda a parte organizacional para a realização do Orçamento Participativo.

Para responder o problema proposto foi elaborado o questionário B, que foi direcionado a sociedade civil organizada que participaram do Orçamento Participativo, essa segunda amostra foi constituída por 20 entrevistados, a partir das assinaturas que constavam nas atas.

Dessa forma a pesquisa foi aplicada na zona rural e urbana do município de Pombal no período de 23 de novembro a 07 de dezembro de 2007.

Assim, para atingir aos objetivos propostos e responder ao problema da pesquisa, a abordagem quanto aos objetivos da pesquisa classificou-se como pesquisa exploratória, pois procurou buscar um entendimento sobre a experiência do Orçamento Participativo no município de Pombal, segundo os procedimentos de coleta e fontes de informação foi utilizada a pesquisa documental e um estudo de caso, do ponto de vista da natureza dos dados a pesquisa é quantitativa.

1.5 Organização do trabalho

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, as referenciais bibliográficas e os anexos. A pesquisa inicia-se com a introdução onde relata os aspectos iniciais sobre orçamento e orçamento participativo, na seqüência, trabalha-se o tema, problema, objetivos geral e específicos, a justificativa, a metodologia.

O segundo capítulo trata da fundamentação teórica em que foram abordados o orçamento público, seus conceitos, princípios, tipos e ciclos orçamentários, descreve também sobre o orçamento participativo, seus conceitos, objetivos,

aplicabilidade, regulamentação, metodologia e princípios que norteadores para a elaboração do Orçamento Participativo.

O terceiro capítulo é constituído da análise e discussão dos resultados sendo apresentado um estudo de caso realizado no Município de Pombal, onde se verifica a implantação e descreve a análise da experiência vivenciada pelo Município.

No quarto capítulo está apresenta as conclusões sobre o trabalho realizado. Onde se averiguar o atingimento dos objetivos geral e específicos e faz-se um resumo da experiência do orçamento participativo no município de Pombal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Orçamento Público

O orçamento público pode ser considerado uma ferramenta de organização dos trabalhos a serem realizados pelo Poder Executivo, e deverá ser expresso em forma de lei depois de ter sido aprovado pelo Poder Legislativo.

De acordo com Kohama (2003, p. 62), define orçamento como:

Processo pelo qual se elabora, expressa, executa e avalia o nível de cumprimento da quase totalidade do programa de governo, para cada período orçamentário. É um instrumento de governo, da administração e de efetivação e execução dos planos gerais de desenvolvimento sócio-econômico.

Nesse sentido percebe-se que o orçamento é o meio que a administração pública tem para alcançar as metas estabelecidas nos programas de governo, é composto pelas informações que servem para auxiliar nas decisões administrativas do poder público. Através dele o governo tenta satisfazer às necessidades da sociedade, devido a uma diversidade de necessidades sociais.

Sobre a matéria, SÁ e SÁ (1995, p. 337) fazem o seguinte comentário:

Orçamento público é previsão dos fatos patrimoniais de uma entidade pública. Previsão de despesas e receitas de uma entidade pública. Previsão do exercício de uma entidade de fins públicos.

É oportuno também destacar que o orçamento público além de prever, elaborar e executar os programas orçamentários prevê as despesas e receitas do período orçamentário. A lei orçamentária é uma lei em que as despesas previstas não são necessariamente obrigadas a serem realizadas pelos governantes, porém para a elaboração de uma lei orçamentária se faz necessário a aprovação do Poder Legislativo.

2.1.1 Princípios Orçamentários

Para que o orçamento público possa se destacar dos outros tipos de orçamento, a Constituição Federal de 1988 trata de forma expressa ou implícita os princípios orçamentários, que servem de auxílio para a administração pública.

Os princípios orçamentários auxiliam a administração pública na elaboração, execução e controle do orçamento e podem ser divididos em:

a) Princípio da Programação - trata da organização das ações governamentais em forma de programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Neste sentido Harada (2001, p. 79) afirma que:

Todo orçamento moderno está ligado ao plano de ação governamental. Assim, ele deve ter conteúdo e forma de programação. Os programas de governo de duração continuada devem constar o plano plurianual, ao qual se subordinam os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

Segundo o autor o princípio da programação além de programar as ações governamentais com uma duração continuada, deve estar contido no Plano Plurianual (PPA) por se tratar de lei orçamentária onde a sua elaboração é realizada para o prazo de quatro anos, onde podem ser englobados todos os programas nacionais, regionais e setoriais. Verifica-se que para a realização de programas do governo é essencial que se realize uma programação, de forma que todas as ações sejam apresentadas no PPA.

b) Princípio da Unidade - Kohama (2003, p. 63) menciona que: "Os orçamentos de todos os órgãos autônomos que constituem o setor público devem-se fundamentar em uma única política orçamentária estruturada uniformemente e que se ajuste a um método único".

Seguindo essa linha de pensamento, Harada (2001) descreve que a prioridade do princípio da unidade é dar uma orientação política para que o orçamento tenha um único método e os documentos estejam organizados de maneira uniforme.

Desse modo, pode-se aferir que cada ente federativo deve possuir o seu orçamento, ou seja, deve existir apenas um único orçamento para cada exercício

financeiro, sendo que este necessita ser estruturado de forma uniformemente, sendo fundamentado em uma política orçamentária, verifica-se que é através do princípio da unidade que o poder público unifica o seu orçamento e prepara os seus documentos seguindo análise e discussão dos resultados uma mesma metodologia.

c) Princípio da Universalidade - de acordo com esse princípio o orçamento deve agregar todas as receitas e despesas, abrangendo toda a administração direta e indireta dos Poderes, sendo assim todas as receitas e despesas do exercício devem constar no orçamento não constando de deduções.

A Constituição Federal em seu art. 165, § 5º explica que:

- I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Neste sentido Harada (2001, p. 79) diz que “esse princípio, hoje, tem sentido de globalização dos Poderes, fundos, órgãos, entidades da administração direta e indireta etc., no orçamento anual geral”.

d) Princípio da Anualidade - esse princípio pode também ser chamado de periodicidade, por tratar do período que o exercício financeiro deve ter vigência, o período é de um ano para um melhor controle e execução os objetivos do orçamento.

Kohama (2003, p. 64) comenta que o período de um ano é uma vantagem pelo fato da programação de um período muito extenso teria uma maior possibilidade de obter erros, portanto o período de um ano para o orçamento é mais adequado para a realização dos objetivos sociais e econômicos.

e) Princípio da Exclusividade - esse princípio expressa que a lei orçamentária deverá conter apenas assuntos pertencentes à fixação das despesas e previsão das despesas, evitando assim a inserção de matérias não-orçamentárias.

Pode verificar que esse princípio na Constituição Federal art. 165 § 8º nos seguintes termos:

A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

f) Princípio da Clareza - é de fundamental importância por se tratar da forma em que o orçamento deve ser expresso, devendo o mesmo ser elaborado de forma clara, possibilitando a compreensão das suas disposições para qualquer indivíduo. Nesse sentido Silva (2004, p. 54) faz o seguinte esclarecimento:

Se o orçamento é hermético e vem acompanhado de complicados quadros que só o técnico entende, é possível que os interessados não compreendam seu conteúdo e alcance e, por via de consequência, não consigam descobrir coisas fundamentais para a vida do cidadão comum.

g) Princípio do Equilíbrio - este princípio objetiva que em cada exercício financeiro, o orçamento deve ser elaborado de forma a manter o equilíbrio, onde o montante da despesa não ultrapasse a receita prevista para o período, evitando dessa maneira um desequilíbrio acentuado nos gastos públicos, cabendo ao gestor público consolidar:

Uma salutar política econômica - financeira que produza a igualdade entre valores de receita e despesa, evitando desta forma déficits espirais, que causam endividamento congênito, isto é, déficit que obriga a constituição de dívida que, por sua vez, causa o déficit.
(KOHAMA, 2003, p. 65).

2.1.2 Tipos de Orçamentos

Orçamento por Programa - é uma forma de orçamento em que são apresentados projetos com o objetivo de realizá-los. Filho (2004, p.11) explica que:

O orçamento – programa é instrumento de planejamento que permite identificar os programas, os projetos e as atividades que o governo pretende realizar, além de estabelecer os objetos, as metas, os custos e os resultados esperados e oferecer maior transparência dos gastos públicos.

Filho (2004, p. 12 apud GIACOMONI, 2000, p. 157) destaca que essencialmente, o orçamento programa deve conter:

- os objetivos e propósitos perseguidos pela instituição e para cuja consecução são utilizados os recursos orçamentários;
- os programas, isto é, os instrumentos de interação dos esforços governamentais, no sentido da concretização dos objetivos;
- os custos dos programas medidos por meio da identificação dos meios ou insumos (pessoal, material, equipamentos, serviços etc.) necessários para a obtenção dos resultados; e
- as medidas de desempenho, com a finalidade de medir as realizações (produto final) e os esforços despendidos na execução dos programas.

Orçamento Base Zero – é um processo de planejamento orçamentário que deve analisar, reavisar e avaliar as despesas propostas segundo Kohama (2003, p. 79);

OBZ é um processo operacional de planejamento e orçamento que exige de cada administrador a fundamentação da necessidade dos recursos totais solicitados, e em detalhes lhe transfere o ônus da prova, a fim de que ele justifique a despesa.

Orçamento Participativo - Filho (2004, p. 15 apud PASCOAL, 2002, pp. 16-17) o que se convencionou chamar de "orçamento-participativo" caracteriza-se por uma participação direta e efetiva das comunidades na elaboração da proposta orçamentária do Governo. Por uma decisão do Governo, inspirada nos princípios democráticos e no postulado da cidadania participativa, a própria sociedade civil, por meio de conselhos e associações, dentre outros, é ouvida (e não olvidada, como costuma acontecer), quando da definição das metas e dos programas prioritários. Objetiva-se, com isso, atender às efetivas necessidades da população que, muitas vezes, não se sente representada pelos parlamentos eleitos. É, sem dúvida, um avanço com vistas a democratizar a gestão pública e atender ao verdadeiro interesse social. No Brasil, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, existem experiências vitoriosas em matéria de participação popular na elaboração e fiscalização do orçamento.

2.1.3 Ciclo Orçamentário

O ciclo orçamentário pode ser definido como o período que contempla o início da elaboração orçamentária, seguindo uma seqüência de etapas desenvolvidas pelo processo orçamentário que finaliza no encerramento de determinado exercício financeiro. Dentro do ciclo orçamentário, segundo Kohama (2003) deverão transcorrer as seguintes fases:

a) **Elaboração** – Esta fase é de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo. É a preparação dos objetivos necessários para a materialização e concretização, fixando-os para o período considerado. Ressalte-se que a elaboração do orçamento deve está em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentária.

b) **Estudo e Aprovação** – Essa segunda fase envolve os trâmites da proposta de orçamento no âmbito do Poder Legislativo, visto que é de competência do referido Poder, realizar estudos, bem como, formalizar os parâmetros de aprovação.

c) **Execução** – essa fase trata da realização dos objetivos e metas elaborados nas fases anteriores, que são determinados pelo poder público sendo fundamentada pela programação do orçamento aprovado para uma melhor execução do orçamento.

Silva (2004, p. 76) com relação à execução orçamentária entende que: A execução orçamentária pode ser definida como a atividade e procedimento desenvolvidos pela administração pública, para concretizar as metas estabelecidas e aprovadas quando do planejamento e implica a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros.

d) **Avaliação** - Kohama (2003, p. 69) afirma que "a avaliação refere-se à organização, aos critérios e trabalhos destinados a julgar o nível dos objetivos fixados no orçamento e as modificações nele ocorridas durante a execução". Nesse sentido, pode-se aferir que nessa fase são avaliados todos os objetivos e a eficiência das ações empregadas para a utilização dos recursos e realização das metas previstas.

2.1.4 Leis Orçamentárias

O processo de planejamento orçamentário de acordo com a Constituição Federal de 1988, nos incisos I, II e III, art. 165, consubstancia-se nos seguintes documentos: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, abrangendo os três níveis de governos: federal, estadual e municipal.

O Plano Plurianual está previsto no art. 165, § 1º da Constituição Federal de 1988, que abaixo se transcreve:

§1º A lei que institui o Poder Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas dos programas de duração continuada. (BRASIL, 1998).

Nascimento e Debus (2002) explicam que o objetivo de implantar um plano de forma regionalizada era, sobretudo, reduzir as disparidades entre as regiões geográficas do País, em especial do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em relação às regiões Sul e Sudeste, sendo estas mais desenvolvidas sob todos os aspectos. Os autores ainda argumentam que “uma das formas idealizadas para alcançar esse objetivo foi através do investimento público, do qual o PPA vem a ser o instrumento canalizador de recursos” (2002, p. 16).

Kohama, (2003, p. 57) define o PPA enaltecendo a sua vigência e especificando os níveis de governo que são abrangidos pelo Plano Plurianual:

O Plano Plurianual é um plano de médio prazo, através do qual procura-se ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos, ao nível do governo federal, e também de quatro anos ao nível dos governos estaduais e municipais.

Entende-se como Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como um instrumento de planejamento que visa estabelecer metas e prioridades da administração pública, servindo também como instrumento norteador para a elaboração dos orçamentos anuais.

Nascimento e Debus (2002, p. 17) com relação ao PPA fazem a seguinte explanação: “trata-se, portanto, de instrumento que funciona como elo entre o PPA e

os orçamentos anuais, compatibilizando as diretrizes do Plano à estimativa das disponibilidades financeiras para determinado exercício”.

De acordo com Bruno (2001) após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal a LDO teve seu conteúdo ampliado instituindo dois novos instrumentos de planejamento. Trata-se do Anexo de Metas Fiscais, em que constarão as propostas que deverão constar em relação à arrecadação e aos gastos para determinado período e do Anexo de Riscos Fiscais, em que segundo Kair (2001, p. 26) “serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas, informando as providencias, caso se concretizem”.

Segundo Bruno (2001, p. 44) “a LOA é um instrumento que reflete dados sobre as ações de curto prazo, que o governo está autorizado a realizar, classificadas em programa de trabalho”.

A LOA compreenderá segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 165 § 5º:

- Orçamento fiscal que será referente aos três poderes públicos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- Orçamento de investimentos das empresas em que o Estado, de forma direta ou indireta, detém a maioria do capital social com direito a voto;
- Orçamento da seguridade social, que deverá abranger todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, como também os fundos de fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Nascimento e Demus (2002, p. 19) enaltecem a importância dessa Lei quando afirmam que: “a LOA constitui o mais importante instrumento de gerenciamento orçamentário e financeiro da Administração Pública, cuja principal finalidade é administrar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas”.

Nesse contexto, percebe-se que a Lei de Diretrizes Orçamentária é uma Lei específica, que contém a discriminação das receitas e despesas para cada orçamento, contendo três sub-orçamentos: orçamento fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social, devendo ser elaborada, segundo Khair (2001) em conformidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes orçamentárias.

3 Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo pode ser compreendido como uma forma de democratização da administração pública, a qual escuta as opiniões da população para melhor decidir na administração pública, priorizando as necessidades imediatas dos cidadãos.

Tornou-se uma prática governamental executada mundialmente, por permitir que os cidadãos possam através de assembleias abertas e periódicas, participarem do destino dos investimentos públicos municipais.

Pires (2001, p. 35) destaca que, “o Orçamento Participativo representa mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político”. Entende-se que Orçamento Participativo passa a ser uma ferramenta de descentralização do poder dos parlamentares e a população passa a participar da gestão pública de forma organizada e ativa.

3.1 Objetivo do Orçamento Participativo

Acredita-se que o orçamento participativo surge como uma ferramenta democrática em que a população pode acompanhar com transparência a aplicabilidade do dinheiro público.

Constata-se que os objetivos mais comuns do Orçamento Participativo são: ouvir as necessidades da população, dar prioridades às necessidades mais imediatas, criar uma comunicação direta entre o governo e a comunidade, manter um controle e fiscalização das obras públicas, possibilitar o exercício da cidadania ativa, entre outros.

Os objetivos do orçamento participativo devem ser elaborados e divulgados pelo órgão da administração pública como forma de comunicar a toda comunidade como está sendo projetado as suas atividades.

3.2 Áreas de Aplicação e o Princípio da Auto-Regulamentação do Orçamento Participativo

O orçamento participativo pode ser aplicado tanto a administração pública municipal como a estadual, na esfera municipal observa-se um maior interesse, pois se torna mais fácil a participações da população.

Pressupõem que o Orçamento Participativo é utilizado em alguns Estados como ferramenta para se democratizar, dando ao povo o direito de participar das ações e decisões das políticas públicas.

Para um melhor entendimento do orçamento participativo, é necessário compreender o sistema constitucional que rege as Finanças Públicas, esse sistema abrange os procedimentos orçamentários que são o PPA, a LDO, a LOA, a Programação Financeira e a Prestação Anual de Contas, dessa forma a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 165 a 169 e a Lei 4.320, de 17/03/1964, que estabelece normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios do Distrito Federal, vêm elucidar esse pensamento.

O orçamento participativo é um movimento popular onde a comunidade tem o direito de expressar as suas carências, ocorre na fase pré-orçamentária, onde o orçamento ainda está sendo elaborado, para que haja a harmonia entre os poderes.

Mahfus (2000), ao analisar o contexto faz o seguinte comentário:

O princípio da auto-regulamentação do Orçamento Participativo encontra apoio tanto dentro das leis orgânicas municipais, como da própria Constituição Estadual, que prevêem esta forma de consulta popular para que ocorra uma maior justiça e transparência na aplicação de recursos públicos.

Dentre as informações acima mencionadas, podem-se destacar que o Orçamento Participativo tem o apoio legal da lei orgânica municipal e da Constituição Estadual prevendo as formas de participação da população e abrindo espaço para que ocorra uma maior transparência na administração pública municipal, o conjunto de leis que cercam o orçamento participativo pode também burocratizar a participação popular com o objetivo de equilibrar a participação do cidadão, para que não cheguem a disputar os espaços com a administração pública.

O orçamento participativo pode se caracteriza por emanar "poder" as associações comunitárias e a toda sociedade que estão participando do arcabouço decisório da cidade.

Mahfus (2000) considera que:

O grande sucesso do Orçamento Participativo, é a introdução de uma fórmula mediadora de democracia direta e representativa, em que há efetivamente a participação popular e principalmente o cidadão entende que aquilo que foi aprovado será realizado.

Nesse sentido, constata-se que esse método proporciona uma segurança ao cidadão no sentido de assegurar a realização das solicitações depois de serem aprovadas, isso evita que se faça uma política centralizada e que se der preferências a alguns e a outros não, para isso é importante a não-institucionalização do orçamento participativo, impedindo possíveis subordinações entre os Poderes Públicos. Para garantir o sucesso e o bem considerado nome do OP, é necessário que o Poder Executivo aprove em plenário as suas deliberações, praticando assim uma política pública.

3.3 Metodologia e princípios norteadores para a elaboração do Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo para a sua elaboração, obedece a várias metodologias, por que as realidades são diferentes e mesmo assim uma única prefeitura pode adotar diversas metodologias na elaboração do Orçamento Participativo, ao longo do tempo uma cidade pode fazer uma reavaliação da sua realidade e escolher uma metodologia que venha viabilizar um melhor aprendizado e conformidade.

Para a escolha da estrutura do Orçamento Participativo pode-se analisar a geografia da cidade e a sua forma de ocupação, os principais problemas sociais, econômicos e financeiros, considerar a história política da cidade, verificar o objetivo, o preparo e principalmente a vontade do governo colocando a participação popular como importante, averiguar os recursos materiais disponíveis, constatar a conjuntura econômico-social e política.

Para optar por uma metodologia Pires (2001) contempla a idéia afirmando que o processo participativo deve obedecer a alguns princípios fundamentais:

- a) Princípio do caráter pedagógico do processo – entende-se que esse princípio aborda a falta de informação da população que precisa ter conhecimento do processo decisório da administração pública, onde sejam executadas atividades pedagógicas para que a população entenda e participe das tomadas de decisões.
- b) Princípio da autonomia dos movimentos – esse princípio pode ser entendido como o momento em que a administração pública descentraliza as discussões permitindo que a sociedade participe das reuniões, assembléias e plenárias elaboradas pelos seus representantes, tornando um momento de interação e participação da administração com a comunidade.
- c) Princípio da co-gestão - nas condições atuais percebe-se que nem a comunidade e nem o governo estão preparados para mudanças radicais, mas para que a co-gestão aconteça é imprescindível que o governo desenvolva um trabalho mais democrático, porque à medida que a sociedade vai se organizando, vai também ganhando espaço na administração pública expandindo o grau de democracia por parte do governo. Pires (2001, p. 94) corrobora essa idéia, ao enfatizar que “esse princípio visa evitar o surgimento de falsas expectativas a respeito dos limites da participação popular nos processos decisórios, nos marcos institucionais da democracia representativa”.
- d) Princípio da substituição das reivindicações por prioridades – pode-se considerar esse princípio como essencial na elaboração do OP, pois é nesse momento que a sociedade elenca as principais necessidades, visto que são muitas as carências da comunidade, podendo assim os gestores públicos atender o que de mais urgente à população necessita.
- e) Princípio da organização e mobilização como forma de disputa de recursos - esse princípio enfatiza a forma de organização e mobilização por parte da comunidade, pode-se ressaltar que as comunidades que estão organizadas e que se mobilizam conseguem apresentar ao governo um maior número de suas reivindicações, ganhando assim mais recursos para a sua comunidade.
- f) Princípio da transparência e dos limites das decisões - nesse princípio entende-se como fundamental a transparência no processo decisório, pois é difícilimo que a população discuta todo o orçamento de uma só vez, para isso o processo

orçamentário passa por várias etapas onde a população tem que vislumbra todos esses caminhos percorridos.

Para melhor esclarecimento Pires (2001, p. 94) ressalta que:

É fundamental que os princípios sejam explicitados e democraticamente pactuados, pois assim ficam claras as intenções e o 'espírito' das ações e decisões, criando um clima de confiança mútua entre governo e população, que é um ingrediente essencial nos momentos críticos, gerados incompreensões e divergências que o novo sempre coloca em cena.

Dentre as informações acima mencionadas, pode-se detectar a real importância de se adotar princípios do processo do OP, pois a população e o governo fixam um elo de confiança e deixam estabelecidas as ações a serem obedecidas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A Experiência do Orçamento Participativo no Município de Pombal

A seguir será apresentada a experiência prática do orçamento participativo como forma de gestão do planejamento no Município de Pombal, mostrando a sua metodologia de implantação, as prioridades e o envolvimento da população.

4.1.1 Implantação: Construindo para um Processo Democrático

Pombal é um das mais antigas cidades da Paraíba. As terras que compreendem o município de Pombal eram habitadas por várias tribos indígenas da família Cariris. Depois de muitos combates os portugueses chefiados por Teodósio de Oliveira Ledo, conseguiram dominar os índios fundando um pequeno arraial que por ficar próximo ao Rio Piranhas recebeu o nome de Arraial de Piranhas, alguns anos depois a cidade recebeu a denominação de Vila Nova de Pombal, só em 21 de julho de 1862, a vila foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade de Pombal.

O Município de Pombal está localizada no sertão paraibano, próximo aos rios Piranhas e Piancó, na faixa ocidental do Estado da Paraíba. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE) sua população é de 31.524 habitantes, tendo uma área de 889 km².

A gestão do município de Pombal introduziu o Orçamento Participativo no período de 2005, no momento sua representação política era composta por 9 Vereadores e pelo Prefeito eleito, o Sr. Jairo Vieira Feitosa e seu vice, Dr. Ugo Ugolino Lopes.

A população do município de Pombal, não vivenciou experiências que os inserissem num processo de construção política onde o exercício da cidadania ocorre através da participação dos indivíduos que assumissem o papel de agente do processo. Implantar o Orçamento Participativo foi em primeiro lugar uma ação ousada, uma vez que teria que iniciar um processo de esclarecimento junto à população através da sociedade civil organizada, propiciando uma interação e integração entre poder público e a comunidade. A convocação à participação do povo repercutiu de forma positiva por se tratar de uma ação inovadora, gerando

expectativa dos setores organizados que até aquele momento não tinha conhecimento do processo e de sua importância.

Considera-se como estratégia de trabalho para a implantação do orçamento participativo, a discussão do tema em toda a comunidade num processo educativo que vislumbrava enaltecer a importância da participação popular na tomada de decisões, das ações administrativas que atendem aos seus próprios interesses.

No início de 2005 o poder público levou ao conhecimento da população do município de Pombal, a realização do PPA para o período de 2006/2009 que pode ser verificado no Anexo D, divulgando calendário de palestras e audiências públicas, sendo este momento o primeiro passo da participação popular na elaboração de diretrizes para a administração pública.

Esse processo começou com uma convocação da administração pública através dos meios de comunicação e convites, como apresenta o Anexo A, que além de convocar, informava a importância da discussão com a população para a elaboração do orçamento, fazendo relato das experiências positivas vividas por outras cidades, bem como ressaltando a importância do momento democrático a ser realizado.

A sociedade organizada de maneira autônoma regula o funcionamento do Orçamento Participativo, por não existir uma lei para o seu funcionamento. O Orçamento Participativo pode ser formado de acordo com as características de cada município, considerando sua política, cultura, sociedade e a economia. Tudo deve ser pensado para que a inclusão popular, que é uma ação complexa, não culmine com interpretações inadequadas que leva resultados insatisfatórios, principalmente numa região carente de informações no que diz respeito a novos modelos administrativos abertos a sugestões e crítica que geram mecanismos de políticas públicas adequadas a realidade local.

É importante ressaltar que a população compreendeu essa convocação como um grande passo da sua história política e como um marco de um processo democrático da administração pública municipal cujos pilares estavam assentados no tradicionalismo.

Para que aconteça o melhor desempenho possível do Orçamento Participativo, pode-se destacar como fatores importantes a interação entre todas as secretarias municipais, para que haja uma melhor análise das arrecadações e dos

gastos públicos, programando os objetivos de curto, médio e longo prazo, para a sinterização os dados e elaborar as propostas que será apresentada a população.

4.1.2 Metodologia aplicada para a elaboração no Orçamento Participativo do município de Pombal

Para a elaboração do Orçamento Participativo é indispensável à aplicação de uma metodologia, que proporcionará um direcionamento da execução das atividades, confirmando essa linha de pensamento Pires (2001, p. 87) afirma que: “a elaboração do orçamento participativo popular pode ser baseado nas mais diversas metodologias”. O Orçamento Participativo permite ao poder executivo criar metodologias de trabalho para serem aplicadas junto à sociedade, com definição de critérios como competências e capacitação, definindo metas e recursos que deverão ser aplicados visando atender as demandas essenciais indicadas pela população que indicará representantes de associações, ONGs, conselhos e sindicatos para a defesa de seus interesses.

Como a metodologia deverá ser adotada devido às necessidades de cada município, a administração pública municipal de Pombal elaborou os seguintes critérios:

- a- mapear o município, dividindo-o em setores;
- b- descentralizar as discussões;
- c- elaborar critérios de solução das demandas apresentadas;
- d- elaborar critérios de participação popular;
- e- definir instâncias de participação e suas competências específicas.

A partir da definição desses critérios torna-se possível efetuar um trabalho que terá impacto modernizador sobre as diferentes agências públicas municipais permitindo ao gesto público acesso de forma mais rápida as informações precisas das reais necessidades da população, possibilitando o melhor direcionamento dos recursos do município, com a metodologia definida os agentes públicos municipais podem direcionar da melhor forma possível à realização do Orçamento Participativo.

Cabe enfatizar que as reuniões foram realizadas com a zona urbana e com a zona rural, o município de Pombal tem regularmente organizado 48 associações comunitárias sendo rurais e urbanas além das organizações não-governamentais

que favorece a disseminação dessa idéia. As audiências eram realizadas com caráter educativo, com a utilização de data-show, reto projetor e folhetos informativos. Posteriormente após ter definido sua metodologia de trabalho, a região foi mapeada dividindo em 35 setores, sendo 6 setores da área urbana e 29 na área rural, pode-se verificar que a zona rural tem uma participação mais ativa que as comunidades localizadas na zona urbana. Durante o primeiro semestre de 2005, o gestor público e seus assessores, descentralizaram as discussões realizando em torno de 6 audiências públicas, para a realização das audiências públicas era elaborado um calendário a qual toda a população tomaria conhecimento, nessas reuniões eram apresentadas propostas para a realização do PPA e tinha como principal objetivo conhecer o que a população do município de Pombal estava necessitando, no Anexo B pode-se conferir a nota de audiência pública do ano de 2005, onde são apresentadas as prestações de contas da administração e se discute as necessidades básicas da comunidade, propondo medidas que venha sanar as suas carências.

Os representantes de cada setor se reúnem com a comunidade para definirem as prioridades, esse momento é chamado de "Audiências Públicas". Nessas audiências são definidas as obras e ações que o governo deverá desenvolver durante o ano seguinte, ocorriam também plenárias temáticas, onde nessa ocasião discutia-se sobre algumas temáticas: educação, saúde, pavimentação e drenagem, agricultura e abastecimento, esporte, cultura e lazer, assistência social, habitação, transporte, dentre outros. Nessas plenárias eram elencadas as necessidades imediatas de cada setor enfocando em cada temática suas prioridades, nesse momento todos os participantes teriam o direito de elencar às necessidades mais importantes para que a administração pública as priorize na elaboração do orçamento.

Após essas fases os representantes de cada setor e a sociedade civil organizada, ficavam responsáveis em listar as propostas de obras e ação imediatas para encaminhar ao gestor público e seus assessores, conforme pode-se verificar no Anexo C o formulário de solicitações que eram preenchidos pela comunidade. A seguir será apresentado um quadro demonstrativo da divisão dos setores, das demandas prioritárias da comunidade no ano de 2005.

SETORES	COMUNIDADE	ZONA	DATA	DEMANDAS	PARTICIPANTES
Setor 1	Bairro dos Pereiros	Urbana	26/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do esgotamento sanitário; • Calçamento; • Construção de banheiros públicos. 	9
Setor 2	Conj. Janduy Carneiro	Urbana	26/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Calçamento; • Construção de um Posto Médico; • Reforma do esgotamento sanitário; 	4
Setor 3	Carvalhada	Urbana	26/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de rede de esgoto; • Calçamento; • Cons. de pontes. 	1
Setor 4	Nova Vida e Petrópolis	Urbana	28/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Cons. do posto PSF; • Cons. de escola de Ens. Fundamental; • Urbanização. (prioridades de forma a atender os dois bairros) 	7
Setor 5	Vida Nova	Urbana	28/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Cons. de posto médico; • Cons. de centro comunitário; • Cons. de banheiros comunitários. 	8
Setor 6	Centro	Urbana	28/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento de esgotos; • Gerenciamento do lixo hospitalar; • Despoluição do Rio Piancó. 	5
Setor 7	Sítio São José dos Alves	Rural	25/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Horas máquinas; • Passagem molhada; • Energia elétrica. 	1

Quadro 1: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 1 até o setor 7

Fonte: Atas das realizações das audiências públicas, Prefeitura Municipal de Pombal-PB

SETORES	COMUNIDADE	ZONA	DATA	DEMANDAS	PARTICIPANTES
Setor 8	Sítio Triângulo	Rural	29/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Poço artesiano; • Limpeza da bacia do açude; • Açude comunitário. 	1
Setor 9	Sítio Várzea Comprida dos Oliveiras	Rural	29/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Dessalinizador; • Restauração da passagem molhada; • Reativar o posto médico. 	1
Setor 10	Sítio Canoas	Rural	29/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Cons. do posto médico. 	1
Setor 11	Sítio Umari	Rural	29/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Eletrificação; • Cons. da passagem molhada. 	1
Setor 12	Sítio Riacho de Pedra	Rural	29/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Poço artesiano; • Posto de médico; • Eletrificação. 	1
Setor 13	Sítio Flores	Rural	29/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação do serrote; • Poço artesiano; • Cons. de banheiros e saneamento básico. 	1
Setor 14	Sítio Forquilha Grossa	Rural	29/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Passagem molhada; • Recuperação de moradia; • Horas máquinas. 	1

Quadro 2: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 8 até o setor 14

Fonte: Atas das realizações das audiências públicas, Prefeitura Municipal de Pombal-PB

SETORES	COMUNIDADE	ZONA	DATA	DEMANDAS	PARTICIPANTES
Setor 15	Sítio Lajedo	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento médico; • Cons. e recuperação de moradias; • Conclusão da obra da associação. 	2
Setor 16	Sítio Catolezinho	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação do poço; • Horas máquinas; • Cons. de lavanderia comunitária. 	1
Setor 17	Sítio Riachão	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Passagem molhada; • Horas máquinas; • Restauração de estradas. 	2
Setor 18	Sítio Pedra Branca	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Horas máquinas; • Cons. De barragem; • Limpeza da bacia do açude. 	1
Setor 19	Sítio Malhada do Bezerra	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Cons. de açude; • Limpeza da bacia do açude; • Passagem molhada. 	1
Setor 20	Sítio Riachão de Baixo	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Posto de médico; • Passagem molhada; • Cons. de mata-burro. 	1
Setor 21	Sítio Monte Alegre	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Posto de médico; • Cons. e recuperação de moradias; • Horas máquinas. 	1

Quadro 3: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 15 até o setor 21

Fonte: Atas das realizações das audiências públicas, Prefeitura Municipal de Pombal-PB

SETORES	COMUNIDADE	ZONA	DATA	DEMANDAS	PARTICIPANTES
Setor 22	Sítio Santa Maria	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Reativação do posto de saúde; • Eletrificação; • Reforma da passagem molhada. 	1
Setor 23	Sítio Trincheiras	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Dessalinizador com saneamento básico; • Const. de lavanderias; • Horas máquinas. 	3
Setor 24	Sítio Pinhões	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Cons. de poços; • Passagem molhada. 	2
Setor 25	Sítio Juá I e II	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Perfuração do poço artesiano em Juá II; • Cons. de açude em Juá I; • Passagem molhada em Juá I e II. 	5
Setor 26	Sítio Riacho de Pedra	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Cons. poço artesiano; • Cons. mata-burro. 	1
Setor 27	Sítio Barra	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Horas máquinas; • Eletrificação; • Fossas sépticas. 	1
Setor 28	Sítio São João I	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma da ponte; • Cons. do centro comunitário. 	2

Quadro 4: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 22 até o setor 28

Fonte: Atas das realizações das audiências públicas, Prefeitura Municipal de Pombal-PB

SETORES	COMUNIDADE	ZONA	DATA	DEMANDAS	PARTICIPANTES
Setor 29	Sítio São João II	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Horas máquinas; • Cons. mata-burro; • Melhoramento de estradas. 	1
Setor 30	Distrito Arruda Câmara	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Cons. de fossas sépticas; • Cons. de açude; • Cons. de praça. 	3
Setor 31	Assentamento Jacu	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Poço artesiano; • Cons. de escola; • Horas máquinas. 	2
Setor 32	Distrito Várzea Comprida dos Leites	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Calçamento das praças; • Horas máquinas; • Cons. mata-burro. 	2
Setor 33	Sítio Gado Bravo	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Poço artesiano; • Restauração de açudes; • Cons. sede comunitária. 	1
Setor 34	Sítio tabuleiro redondo	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Restauração de açudes; • Passagem molhada; • Cons. de cisternas. 	1
Setor 35	Sítio Alagadiço	Rural	30/04/05	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma de açudes; • Horas máquinas; • Poço artesiano. 	8

Quadro 5: Divisão dos setores e demandas prioritárias do setor 29 até o setor 35

Fonte: Atas das realizações das audiências públicas, Prefeitura Municipal de Pombal-PB

O quadro acima exposto apresenta a divisão dos setores e suas principais reivindicações na implantação do Orçamento Participativo, esses dados constam nas atas de audiências públicas fornecida para consulta pela prefeitura municipal de Pombal.

4.1.3 A execução em 2006 e 2007

A implantação do Orçamento Participativo no município de Pombal ainda está em construção, esse processo tem como principal objetivo a ampliação da democracia, visto que este método é fruto da ação cidadã advinda como diz Paulo Freire (1987) de uma reação-ação onde os sujeitos tomam consciência de seu papel na construção de uma sociedade justa, cujos indivíduos sejam sujeito da ação. A ação é fruto de uma tomada de consciência, pois são resultantes de uma participação efetiva no meio social onde está inserido.

No ano de 2006 e 2007 o município de Pombal, devido ao incentivo da população e o bom exemplo do OP de 2005, continuaram a realização do Orçamento Participativo, onde a metodologia e execução das atividades continuaram as mesmas do ano anterior.

DEMANDAS - 2006	DEMANDAS – 2007
• Aquisição de máquinas (tratores);	• Passagem molhada (zona rural);
• Sisterna no Nova Vida;	• Poços artesianos;
• Horas comunitária na Bulandeira;	• Construção de estradas;
• Passagem molhada no Sítio Santa Mônica;	• Limpeza no barro da estação;
• Revitalização das praças (Rua Padre Amâncio Leite);	• Construção de cisternas;
• Passagem molhada;	• Construção de fossas sépticas;
• Limpeza de açudes na zona rural;	• Construção de casas de alvenaria (zona rural);
• Distribuição de sementes;	• Abastecimento com carro pipa (zona rural);
• Reavaliação da ponte do rio Piancó;	• Projeto de inclusão produtiva e social;
• Arborização das estradas de Pombal (margens das Brs.);	• Construção de posto médico (Comunidade do Estrelo);
• Saneamento do bairro Petrópolis;	• Cons. de centro comunitário nos bairros;
• Recursos para a secretaria de Ação Social apoiar as associações na realização de lazer para crianças e idosos;	• Construção de creches (Bairro Francisco Pereira);
• Construção de uma escola especial com centro social;	• Posto de saúde (Sítio Santa Maria expandindo o atendimento até a Cachoeira);
• Compra de máquinas de reciclagem para a associação dos catadores;	• Restauração de casas de madeira para alvenaria (Sítio Cachoeira);
• Construção de escolas;	• Construção campo de futebol (Sítio Jacu);
• Ampliação de escolas;	• Pavimentação e esgotos;
• Inclusão de famílias no programa fome zero;	• Dessalinizador;
• Sinalização das entradas da zona rural;	• Aquisição de ambulâncias;
• Sinalização dos bairros;	• Aquisição de aparelhos de eco cardiografia;
• Semáforo próximo ao posto e a prefeitura;	• Aquisição de ultra-sonografia;
• Implantação de queijeiras na zona rural;	• Aquisição de raios-X e mamógrafos;
• Implantação de uma central de comércio.	• Aquisição de eletronefaloscopia (Para o Centro Médico).

Quadro 6: Demandas de 2006 e 2007

Fonte: Atas das realizações das audiências públicas, Prefeitura Municipal de Pombal-PB

O quadro apresentado à cima, demonstra as demandas dos anos de 2006 e 2007 essas foram algumas das principais reivindicações feitas pela população, essas informações foram retiradas das atas de audiências públicas.

As informações utilizadas para a elaboração dessa pesquisa foram resultados de uma coleta de dados, obtidas mediante a utilização de um questionário, denominado como questionário para agentes públicos municipais, o qual foi aplicado de forma direcionada, respeitando os princípios da participação, as pessoas que trabalharam para a implantação e execução do Orçamento Participativo no município de Pombal.

4.1.4 Análise dos dados coletados na sociedade civil organizada

Para a realização deste estudo foi elaborado um questionário que foi aplicado através de entrevista. Com relação ao conteúdo, as questões foram obtidas através

do próprio contexto, sobre aquilo que se acredita e vivencia na prática das pessoas que de fato estão diretamente atreladas às situações que permitem condições de fornecer as informações desejadas. Essa amostra tratou-se da análise dos dados coletados junto à sociedade civil organizada que participaram do Orçamento Participativo, o universo da pesquisa é composto 48 associações comunitárias sendo rurais e urbanas, onde cada associação é composta por várias pessoas, o total da amostra para essa pesquisa foi de 20 entrevistados.

Com relação ao gênero, encontrou-se o seguinte resultado: 60% dos entrevistados são do sexo masculino e 40% é feminino.

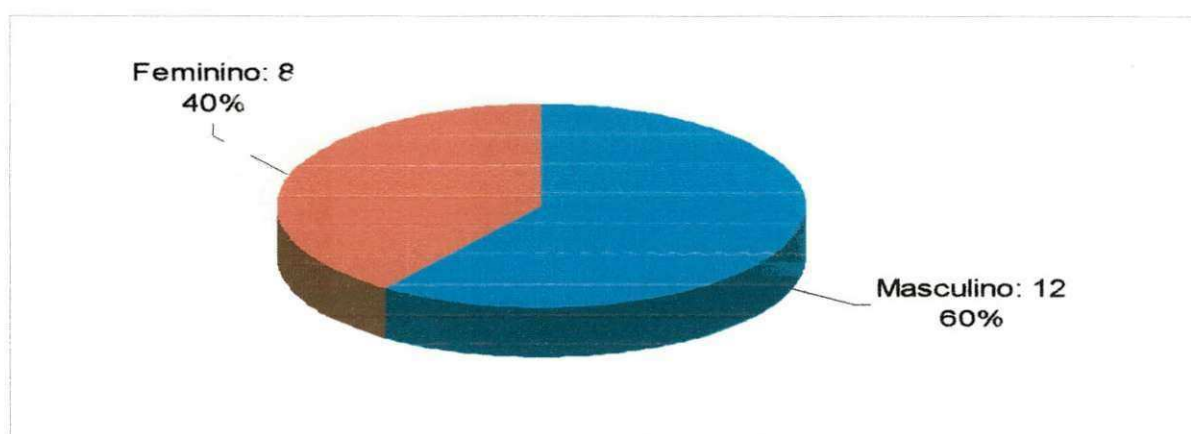


Gráfico 1: Gênero.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

No segundo gráfico, os entrevistados foram questionados se já participaram do Orçamento Participativo do município de Pombal, 100% responderam que sim.

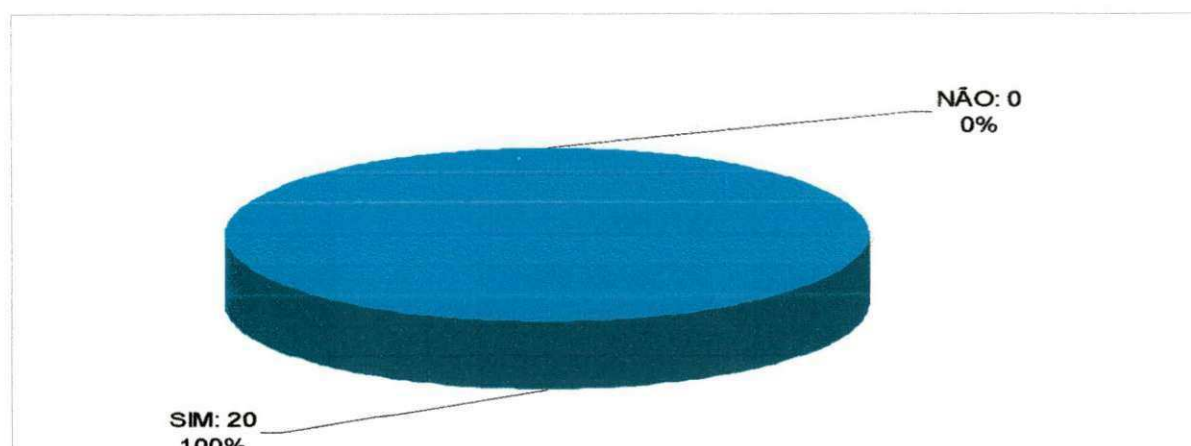


Gráfico 2: Participou do Orçamento Participativo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

O terceiro gráfico, perguntou-se aos entrevistados em que ano eles participaram do Orçamento Participativo no município de Pombal, 25% responderam

que só em 2007, 25% responderam que participaram em 2005 e 2006, 15% afirmaram que participaram em 2006 e 2007, a maioria dos entrevistados com 35% responderam que participaram em 2005, 2006 e 2007, observou-se que não foram indicados os anos: só 2006, só 2005, e nos anos 2005 e 2007.

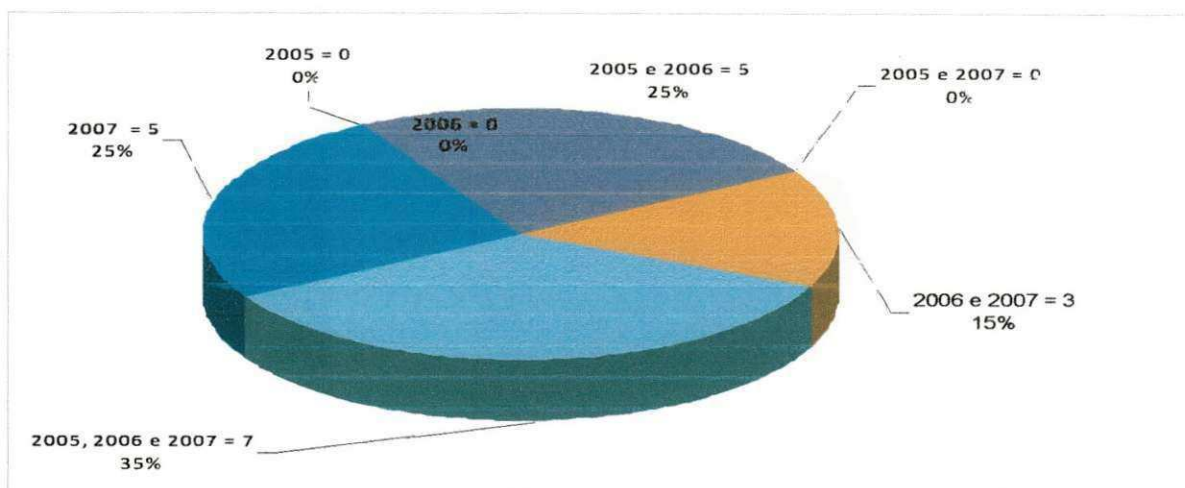


Gráfico 3: Ano de Participação do Orçamento.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

O gráfico quarto, mostra como os entrevistados foram informados da implantação do Orçamento Participativo, 35% verifica-se que foram informados através dos meios de comunicação, 29% ficaram sabendo através dos representantes de comunidades, 7% tomaram conhecimento através de divulgação verbal, 5% através de divulgação com panfletos, 22% receberam convite formal e 2% através de outros que internet no site da prefeitura.

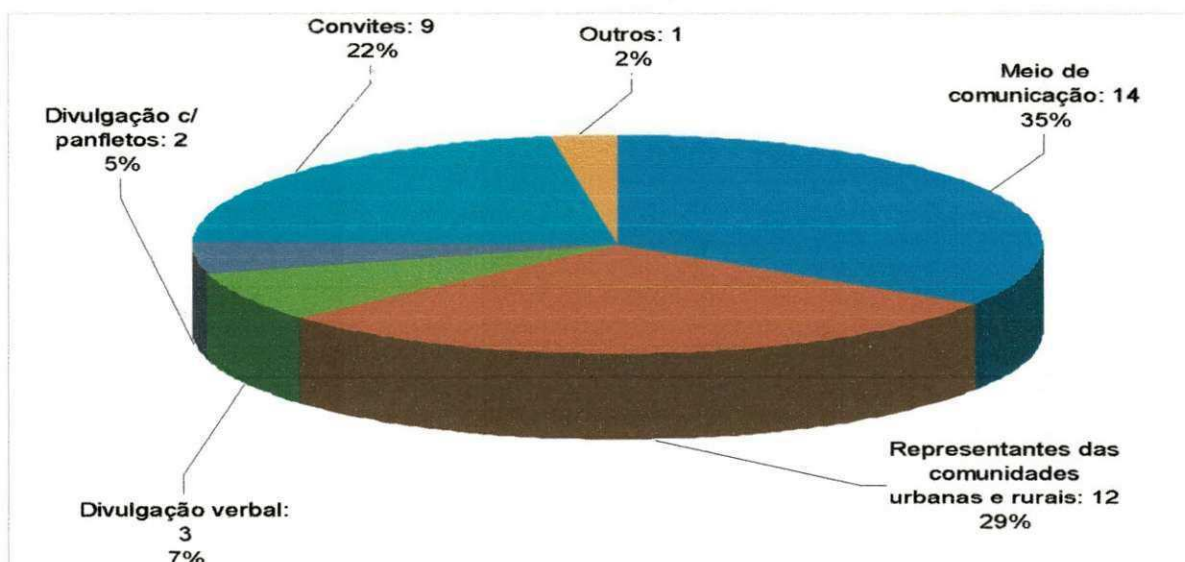


Gráfico 4: Através de que meios você tomou conhecimento da implantação do Orçamento Participativo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

No gráfico quinto é evidenciado a localização dos entrevistados que participaram do processo da elaboração do Orçamento Participativo, nota-se que 60% são da zona rural e 40% da zona urbana. Esses índices demonstram que as comunidades da zona rural têm um maior interesse em participar do Orçamento Participativo.

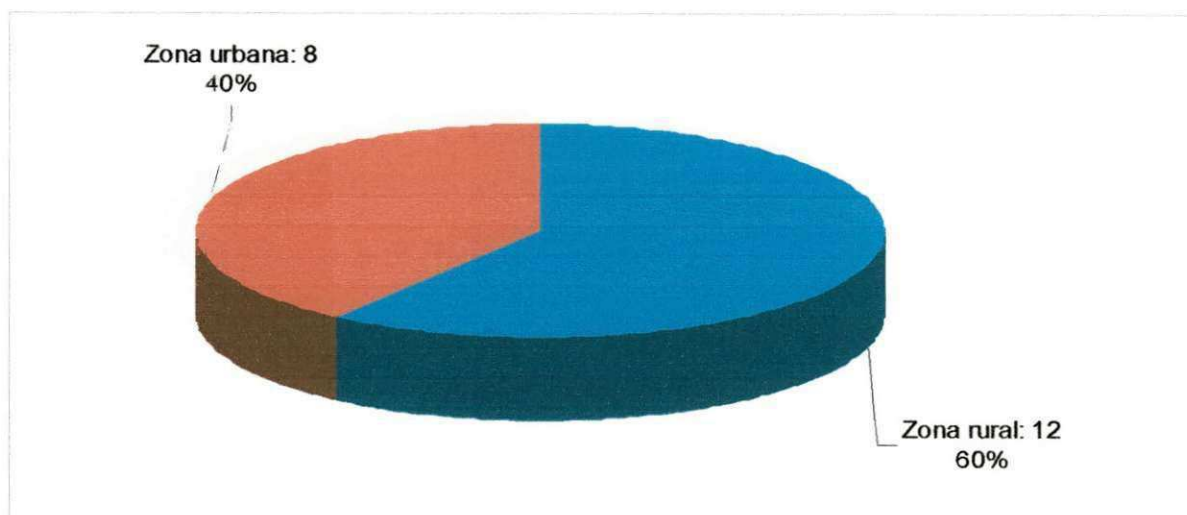


Gráfico 5: Localização da Comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

No que diz respeito ao convite a participar do Orçamento Participativo, fica evidente que 100% dos entrevistados encararam essa iniciativa de forma positiva, isso denota que a população tem interesse em contribuir e participar desse processo reivindicando suas necessidades e exercendo sua cidadania.

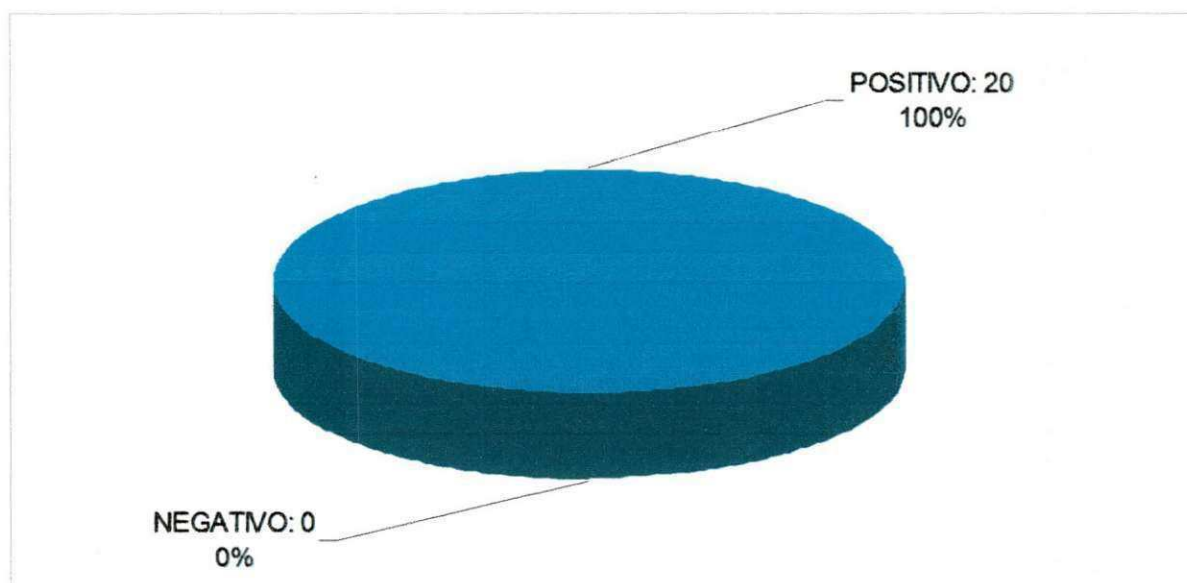


Gráfico 6: O chamamento para a participação do Orçamento Participativo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

No sétimo gráfico, demonstrou segundo a opinião dos entrevistados que esse tipo de iniciativa é bem visto pela população já que 50% responderam ótimo e 50% responderam bom. Entende-se que o Orçamento Participativo foi aceito pela população como uma ferramenta de democratização e desenvolvimento para a cidade, onde a administração pública realiza o que a população mais necessita tentando diminuir as carências e dando prioridade as necessidades mais importantes.

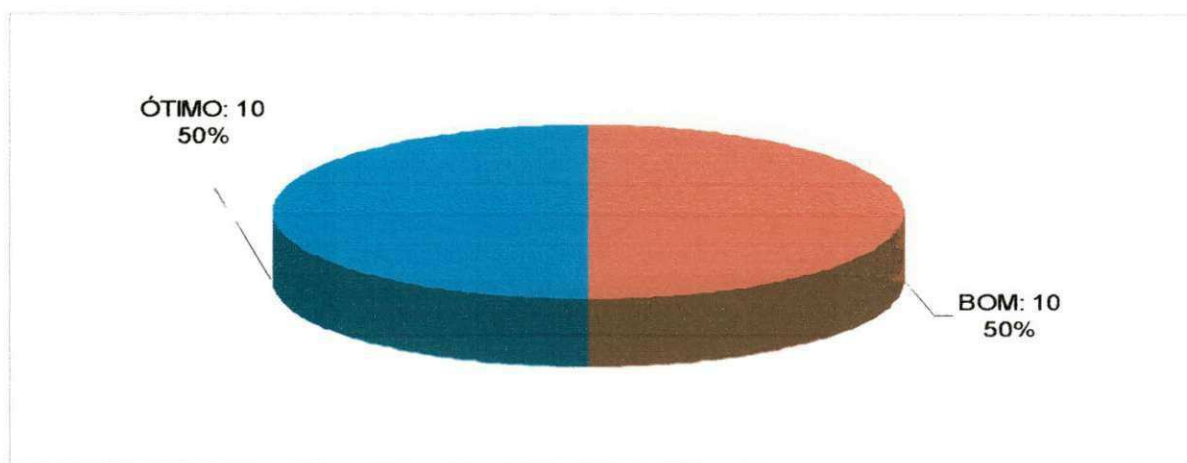


Gráfico 7: Conceito para a iniciativa do Orçamento Participativo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

No oitavo gráfico, procurou-se saber se a implantação do Orçamento Participativo contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos Pombalenses, tivemos que, 100% dos entrevistados responderam que sim. Isso demonstra que o Orçamento Participativo teve um papel importante para os cidadãos, que foram através de sua participação atendidos pela administração pública.

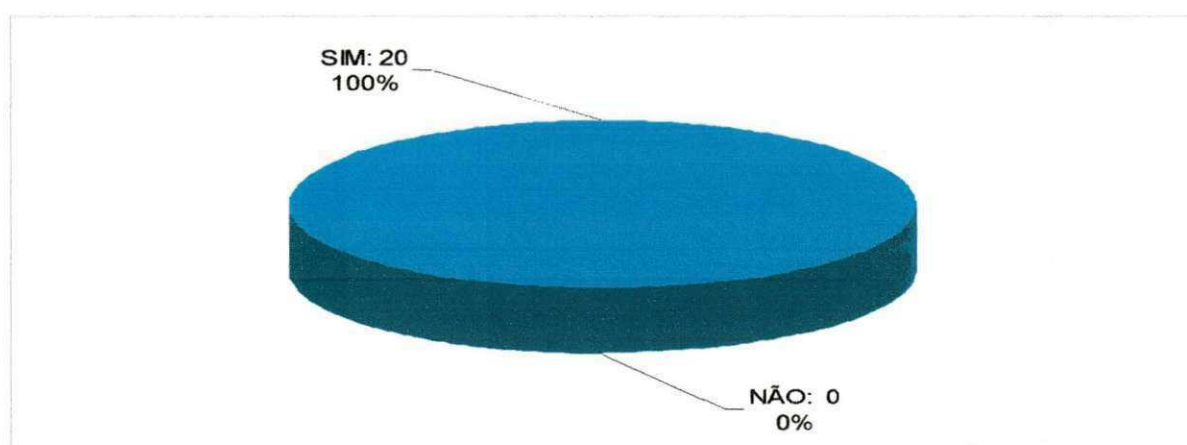


Gráfico 8: O Orçamento Participativo contribui para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

No gráfico nono, os entrevistados foram indagados se as reuniões para debater sobre o Orçamento Participativo eram realizadas na zona rural ou urbana, apesar da participação da população ser em sua maioria da zona rural, 100% dos entrevistados afirmam que as reuniões eram realizadas na zona urbana.

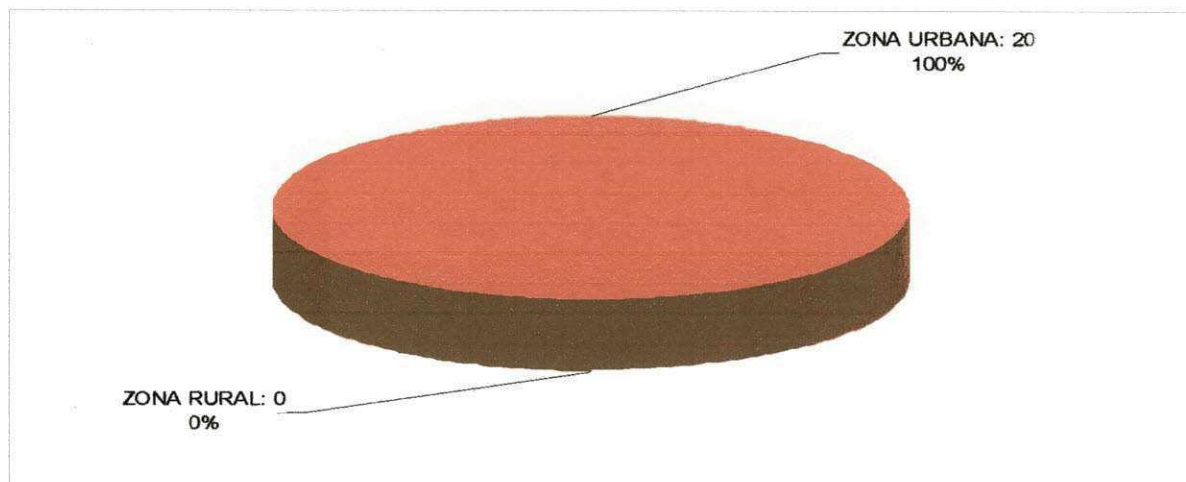


Gráfico 9: Realizações das reuniões para os debates do Orçamento Participativo.
Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

No décimo gráfico, indagou se toda população pode participar do Orçamento Participativo, observou-se que 100% dos entrevistados responderam que sim, confirmando que esse processo orçamentário é de interesse de todos, pois a sociedade civil organizada pode compartilhar as suas necessidades com a administração pública e participar da tomada de decisão defendendo as suas prioridades.

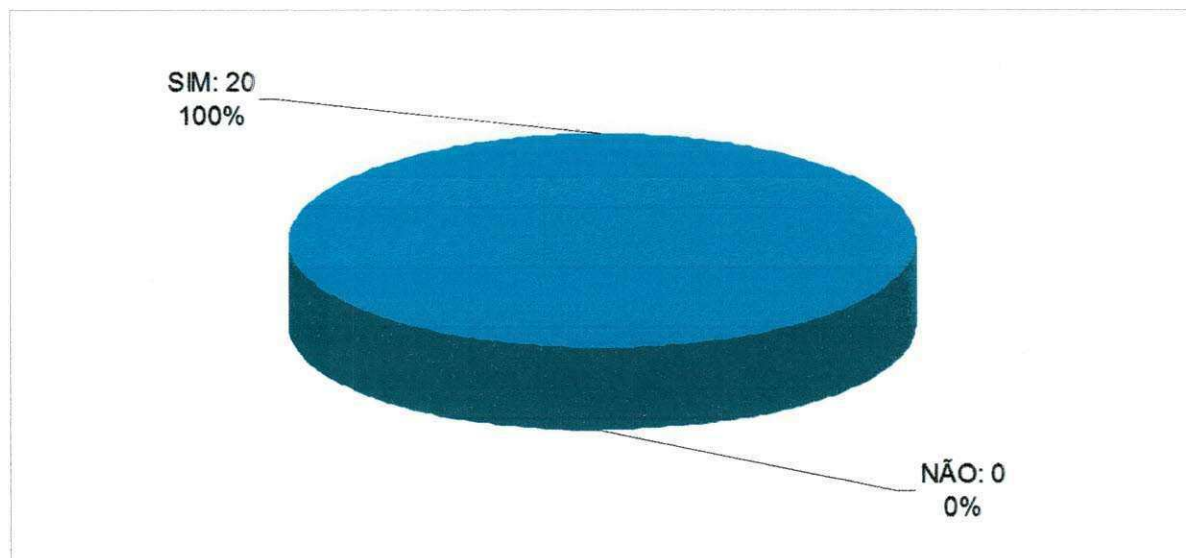


Gráfico 10: Todos participam do Orçamento Participativo.
Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

O décimo primeiro gráfico demonstra se a comunidade a qual pertence o entrevistado já foi beneficiada com algum recurso que foi reivindicado no Orçamento Participativo, 70% afirmaram que sim e 30% disseram que não, esses índices vêm confirmar que a maioria dos entrevistados já foram beneficiados depois da participação do Orçamento Participativo.

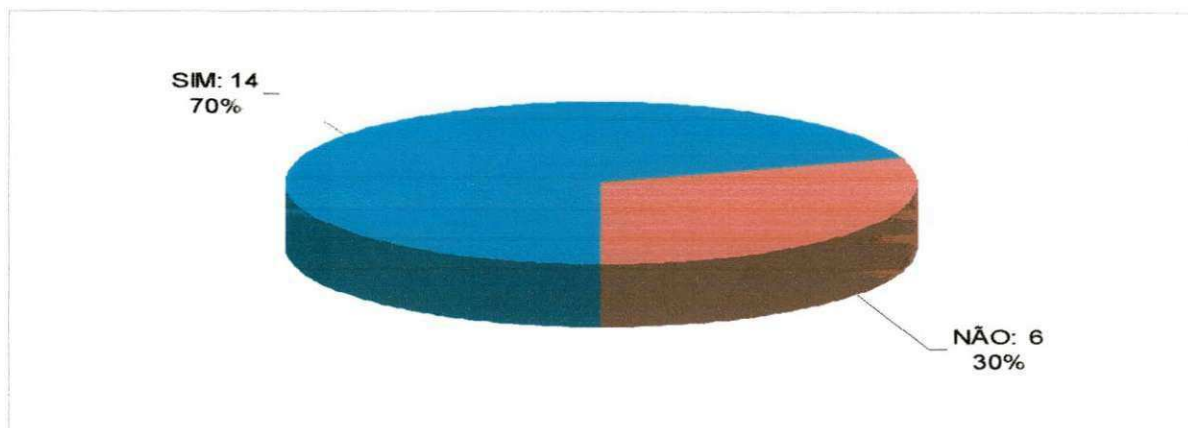


Gráfico 11: Benefício reivindicado no Orçamento Participativo.
Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Como o Orçamento Participativo envolve várias áreas, o décimo segundo gráfico, vem demonstrar as áreas que foram beneficiadas na comunidade dos entrevistados que responderam a questão anterior sim, verificou-se que a maioria das comunidades foram beneficiadas na área agricultura e abastecimento 22%, isso pode ter ocorrido pelo fato dos participantes serem em sua maioria da zona rural. O segundo benefício mais reivindicado pela comunidade foi da educação com 21%, em seguida tivemos a saúde com 13%, transporte 15%, habitação 9%, pavimentação e drenagem 7%, assistência social 7%, esporte 4%, cultura e lazer 2%.

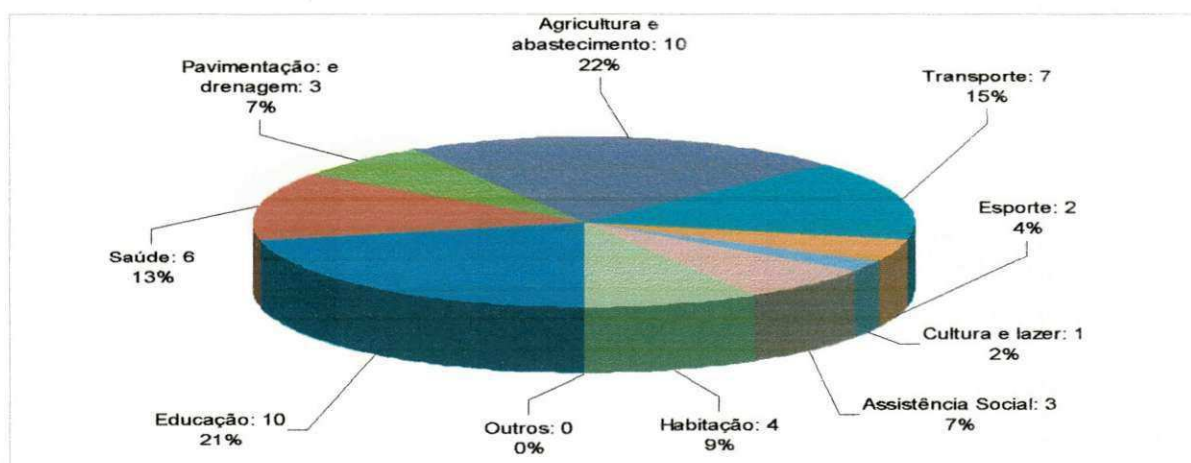


Gráfico 12: Áreas beneficiadas no Orçamento Participativo.
Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

O décimo terceiro gráfico apresenta o desejo dos cidadãos do município de Pombal em continuar com o processo do Orçamento Participativo, onde 100% dos entrevistados responderam sim.

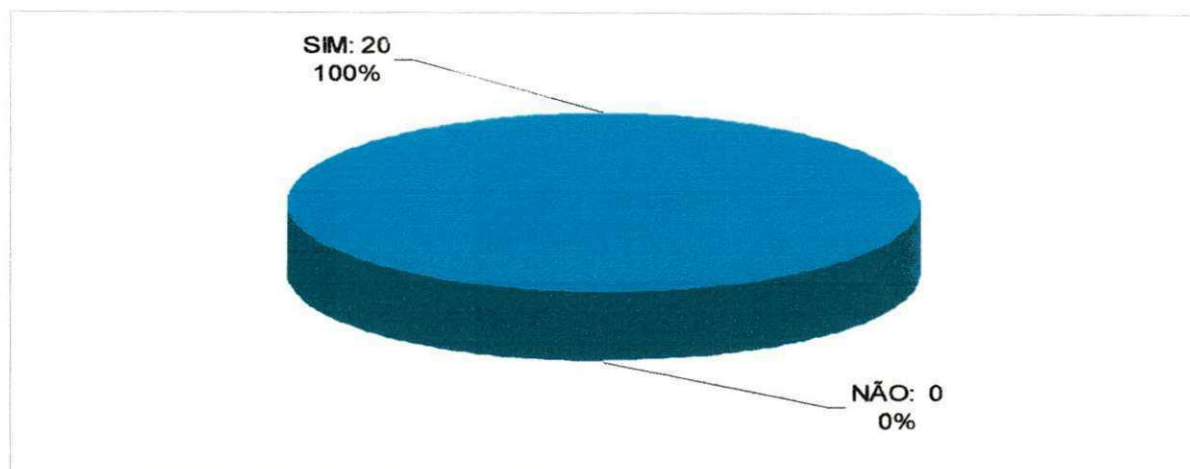


Gráfico 13: Orçamento Participativo deve continuar.
Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Como a população do município de Pombal deseja que o Orçamento Participativo deva continuar no décimo quarto gráfico, pode-se visualizar com 100% de afirmação, o desejo de participação dos entrevistados no Orçamento Participativo de 2008.

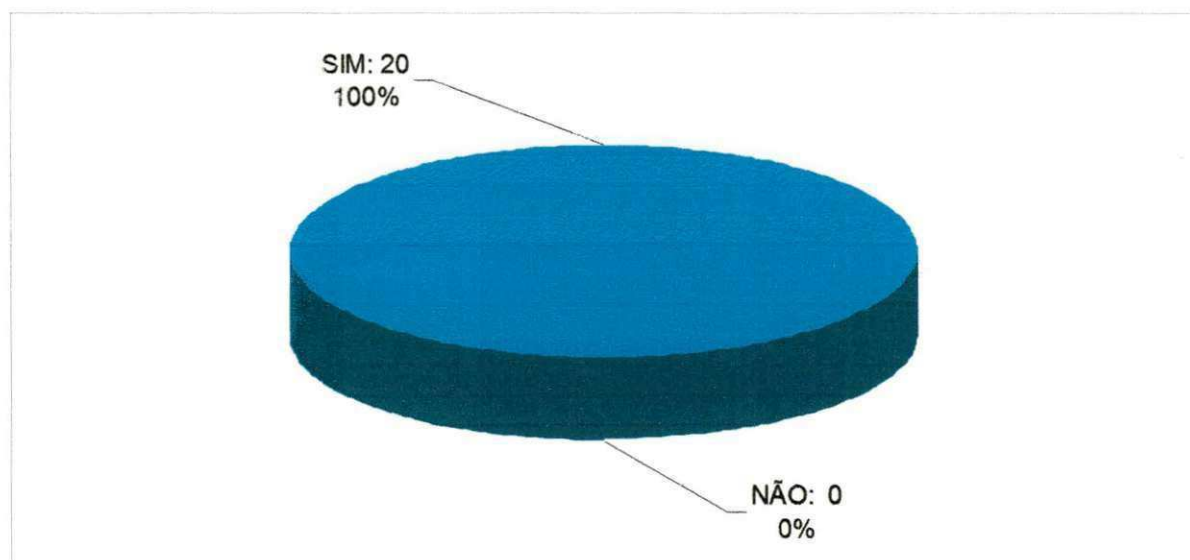


Gráfico 14: Propõe a Participar do Orçamento 2008.
Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Do exposto, percebe-se que grande parte dos entrevistados sente-se estimulado para a participação do Orçamento Participativo, que essa experiência no

município de Pombal repercutiu de forma positiva onde a sociedade passou a ter um papel importante na administração desse município, visto que a maioria dos entrevistados tanto da zona rural quanto urbana, já receberam algum benefício e consideram que o Orçamento Participativo além de ser um movimento democrático, contribui para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de Pombal.

5 CONCLUSÃO

O Orçamento Participativo pode ser considerado um ato de interação entre o e possa servir como ferramenta para fortalecer a ligação entre a administração pública e os cidadãos, tornando esse relacionamento aberto ao diálogo e ao compartilhamento na tomada de decisão para vislumbrar resultados positivos.poder público e a sociedade civil organizada, dessa forma, percebe-se que esse tema é de interesse a todos os alunos, professores, gestores públicos e toda sociedade, que constitui preocupação de todos aqueles que almejam uma administração pública mais transparente, democrática e comprometida com a comunidade.

A pesquisa mostrou que a população do município de Pombal durante o período 2005 – 2007 passaram por um processo de implantação e experiência do Orçamento Participativo, esse momento foi considerado importante pra toda comunidade, verificou-se através desse trabalho que a população do município de Pombal com 100% de afirmação, falam da contribuição do Orçamento Participativo para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Ressaltamos que de acordo com a experiência vivenciada no município de Pombal, considera-se a prática do Orçamento Participativo importante onde proporcionaria um país mais democrático e faria com que os gestores desempenhassem suas funções com mais seriedade, ajudando na alocação de recursos, melhorando a distribuição de renda, governar com transparência, proporcionando uma estabilidade econômica e garantir uma administração comprometida com a comunidade.

Verifica-se que Orçamento Participativo vem cada vez mais ganhando espaço no contexto da solidificação da democracia no nosso país, assim nesse trabalho de pesquisa foi mantido o cuidado de alcançar o objetivo principal, que foi revelado através das respostas do questionário, onde para a realização do mesmo contamos com a participação da sociedade civil organizada, que demonstrou a real importância da implantação do Orçamento Participativo para a administração pública municipal e para suas próprias vidas, pois a maioria dos entrevistados foram beneficiados no tocante a melhoria da qualidade de vida no município de Pombal.

De acordo com a temática pesquisada, podemos inferir que a população do município de Pombal encara o Orçamento Participativo de forma positiva, onde se

propõem a continuarem a participar desse processo democrático, a fim de melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Diante de tais considerações, espera-se que este trabalho possa contribuir, significativamente, para a elaboração de novas pesquisas a serem desenvolvidas, e que através da experiência do Orçamento Participativo vivenciada pelo município de Pombal, sugere-se que outras prefeituras possam planejar e incentivar a participação popular para a realização do OP, acredita-se que esse ato de democratização trará a população um espaço importante para opinar, fiscalizar e principalmente priorizar as suas necessidades, tornando cidadãos ativos e participativos nas decisões da administração pública e também possa servir como ferramenta para fortalecer a ligação entre a administração pública e os cidadãos, proporcionando um relacionamento aberto ao diálogo e ao compartilhamento na tomada de decisão para vislumbrar resultados positivos.

REFERÊNCIAS

- ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 6ª ed. São Paulo: Editor Atlas, 1987.
- BARATTA, Tereza Cristina et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal: estudo em grupos de aprendizagem**, 15 ed. Unidade de Estudo 1, 2, 3, 4, 5. Rio de Janeiro: IBAM/BNDES, 2001.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. In: LONGARAY, André Andrade, RAUPP, Fabiano Maury, SOUSA, Marco Aurélio Batista, COLAUTO, Romualdo Douglas, PORTON, Rosimere Alves de Bona. Ilse Maria Beuren (org). São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**.
- _____. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. **Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**.
- BRUNO, Mário Cristóvão. **Compreendendo a gestão patrimonial à luz da LRF**/Mário Cristóvão Bruno, Cláudio Nascimento. Coordenação de Heraldo da Costa Reis, Tereza Cristina Baratta, Gleisi Heisler Neves. 15 ed. Rio de Janeiro: IBAM/BNDES, 2001. (Lei de Responsabilidade Fiscal – Estudo em grupos de aprendizagem – Unidade de Estudo, 5).
- CRUZ, et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CRUZ, Flávio da, et al. **Comentários À Lei Nº 4.320**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- FILHO, João Eudes Bezerra. **Série provas e concursos: contabilidade pública – teoria, técnica de elaboração de balanços e 300 questões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Editora Alínea, 2001.
- HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ITAJAÍ 2005 Participação e Cidadania. Disponível em: <http://www.op.itajai.sc.gov.br/guia.php-6k> . Acesso em: 30 ago. 2007.

KHAIR, Amir Antônio. Lei de Responsabilidade Fiscal. **Guia de Orientação para as Prefeituras**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2001.

KHAIR, Amir Antônio. Lei de Responsabilidade Fiscal. **Guia de orientação para as prefeituras**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2001.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de, **Contabilidade pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. São Paulo: Atlas, 2000.

LUIZ, Wander; PIRES, João Batista Fortes de Souza; DESCHAMPS, José Ademir. **Guia contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal: para aplicação nos municípios**. 5. ed. Revisada, atualizada e ampliada. Volumes I, II, III, IV. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade. 2003.

MAHFUS, Júlio César. **Orçamento participativo: A construção da cidadania em busca da hegemonia social**. Disponível em : <http://www.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1277-41k>. Acesso em: 30 ago. 2007.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. Lei Complementar nº 101/2000 – **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2ª. ed. Atualizada. 2002. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/servicos/biblioteca_virtual/index.asp. Acesso em 28 de agosto de 2007.

O que é orçamento participativo? Disponível em: www.plenarinho.gov.br/camara/orcamento/o-que-e-orcamento-participativo - 21k. Acesso em: 7 de nov. 2007.

ORSI, Fábio Chagas. **Orçamento Participativo: Uma Metodologia em Ascensão**. Disponível em: <http://www.economiabr.net/colunas/orsi/orcamentopart.html-14k>. Acesso em: 7 nov.2007.

ORÇAMENTO Participativo. Disponível em: <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%A7amento-participativo>. Acesso em: 30 ago. 2007.

ORÇAMENTO Participativo é instrumento de combate à pobreza e de inclusão social. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/noticias/032003a.html-6k>. Acesso em: 30 ago. 2007.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo: o que é, para que serve, como de faz**. São Paulo: Manole, 2001.

SÁ, Antonio Lopes de & SÁ, Ana Maria Lopes de. **Dicionário de contabilidade**. 9 ed. – São Paulo: Atlas, 1995.

Silva, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para agentes públicos municipais.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
SOUSA – PARAÍBA
PERÍODO 2007.2**

**ORIENTANDA: SIMONE SOUSA LUCENA
ORIENTADOR: PROF. ANTONIO FIRMINO DA SILVA NETO
PROJETO DE PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
NO MUNICÍPIO DE POMBAL: ESTUDO DE CASO**

QUESTIONÁRIO PARA AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS

1. Qual o seu sexo? () Masculino () Feminino

2. Em que ano foi iniciado o Orçamento Participativo no Município de Pombal?

3. Que recursos foram utilizados para convocação da população a participar desse processo orçamentário? (Marcar mais de uma alternativa se for o caso).
 Meios de comunicação (Rádio, carro de som)
 Representantes das comunidades urbana e rural
 Divulgação verbal
 Divulgação com panfletos
 Convite formal
 Outros _____

4. A convocação a participar do Orçamento Participativo repercutiu de que forma para a população?
 Positiva () Negativa

5. A população compreendeu o chamamento para participar do Orçamento Participativo?
 Sim () Não

6. Para a realização do Orçamento Participativo foi necessário algum apoio?
 Sim () Não

7. No âmbito da administração municipal que apoio foi importante? _____

8. Qual a metodologia adotada para a aplicação do Orçamento Participativo? _____

9. Onde eram realizadas as reuniões para os debates do Orçamento Participativo?
(Marcar mais de uma alternativa se for o caso).

Zona rural Zona urbana

10. O Orçamento Participativo engloba toda comunidade?

Sim Não

11. As comunidades rurais participam das audiências públicas?

Sim Não

12. As ONGs apoiaram e participaram das audiências do Orçamento Participativo?

Sim Não

13. Que matérias são utilizados nas audiências do Orçamento Participativo? (Marcar mais de uma alternativa se for o caso).

Equipamento de som Folder
 Retro-projetor Formulário para reivindicações
 Data show Outros

14. Para a realização das audiências públicas do Orçamento Participativo foi necessário dividir o município?

Sim Não

15. Em quantos setores foi dividido o município? _____

16. Em torno de quantas audiências públicas aconteciam? _____

17. No processo do Orçamento Participativo eram desenvolvidas plenárias temáticas?

Sim Não

18. Quais os temas mais discutidos nas plenárias temáticas? (Marcar mais de uma alternativa se for o caso).

Educação Esporte
 Saúde Cultura e lazer
 Pavimentação e drenagem Assistência social
 Agricultura e abastecimento Habitação
 Transporte Outros

19. Após os debates nas plenárias temáticas, eram escolhidas as prioridades?

Sim Não

20. Depois de elencadas as prioridades, as fichas de reivindicações eram encaminhadas para que representantes?

Agentes públicos municipais
 Poder Legislativo

APÊNDICE B – Questionário para a sociedade civil organizada.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
SOUSA – PARAÍBA
PERÍODO 2007.2**

**ORIENTANDA: SIMONE SOUSA LUCENA
ORIENTADOR: PROF. ANTONIO FIRMINO DA SILVA NETO
PROJETO DE PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
NO MUNICÍPIO DE POMBAL: ESTUDO DE CASO**

QUESTIONÁRIO PARA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1. Qual o seu sexo? () Masculino () Feminino

2. Você já participou do Orçamento Participativo no município de Pombal?
() Sim () Não

3. Em que ano você participou do Orçamento Participativo no município de Pombal?
(Marcar mais de uma alternativa se for o caso).
() 2007 () 2005 e 2006 () 2005, 2006 e 2007
() 2006 () 2005 e 2007
() 2005 () 2006 e 2007

4. Através de que meios você ficou sabendo da implantação do Orçamento Participativo no município de Pombal? (Marcar mais de uma alternativa se for o caso).
() Meios de comunicação (Rádio, carro de som)
() Representantes das comunidades urbana e rural
() Divulgação verbal
() Divulgação com panfletos
() Convite formal
() Outros _____

5. A sua comunidade está localizada em que zona no município de Pombal?
() Zona rural () Zona urbana

6. De que forma você encarou o chamamento para a participação do Orçamento Participativo?
() Positiva () Negativa

7. Que conceito você daria a essa iniciativa de democracia?
() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

8. A implantação do Orçamento Participativo contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos Pombalenses?

Sim Não

9. Onde eram realizadas as reuniões para os debates do Orçamento Participativo?

(Marcar mais de uma alternativa se for o caso).

Zona rural Zona urbana

10. Todas as pessoas da cidade podem participar do Orçamento Participativo?

Sim Não

11. A sua comunidade já recebeu algum benefício que foi reivindicado no Orçamento Participativo?

Sim Não

12. Em que áreas, das abaixo relacionadas, à sua comunidade recebeu benefício?

<input type="checkbox"/> Educação	<input type="checkbox"/> Esporte
<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Cultura e lazer
<input type="checkbox"/> Pavimentação e drenagem	<input type="checkbox"/> Assistência social
<input type="checkbox"/> Agricultura e abastecimento	<input type="checkbox"/> Habitação
<input type="checkbox"/> Transporte	<input type="checkbox"/> Outros

13. Você acha que o Orçamento Participativo deve continuar no município de Pombal?

Sim Não

14. Você se propõe a participar do Orçamento Participativo de 2008?

Sim Não

ANEXOS

ANEXO A – Convite para o Plano Plurianual (PPA)



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

CONVITE

A Secretaria de Administração convida Vossa Senhoria para participar de um importante encontro, no qual serão discutidas metas e prioridades que servirão de base para elaboração do **PPA** (Plano Plurianual), referente ao quadriênio 2006 / 2009 do Município de Pombal-PB.

A participação da comunidade será de grande importância para a Administração Municipal.

Data: 22/04/2005
Local: EMEF Francisco José de Santana
Horário: 15:00 h

Secretaria de Administração
Pombal-PB



Praça Mons. Valeriano Pereira, S/N - Centro - CEP. 58.840-000
CNPJ - 08.948.697/0001-39
Telefax: (83) 431-2204 /431-3162 - Pombal-PB
Home Page: [http:// www.pombal.pb.gov.br](http://www.pombal.pb.gov.br) - E-mail: prefeitura@pombal.pb.gov.br

ANEXO B – Nota de Audiência Pública.

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO
CRIADO PELA LEI 542/78 - 30 DE JULHO DE 1978
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL-PB
Administração: Jairo Vieira Feitosa

Ano: 28 Nº: 1.170 Data: 18 / 04 / 2005

NOTA DE AUDIÊNCIA

A Prefeitura Municipal de Pombal, torna público para conhecimento de toda população do município que estará realizando palestra relativo à elaboração do Plano Plurianual de Ações – PPA, para o período 2006/2009. Tais palestras estarão sendo realizadas em locais e datas abaixo relacionados:

1º - sexta-feira 22/04/2005

Horário – 15:00 h.

Local – EMEF Francisco José de Santana

2º - terça-feira 26/04/2005

Horário – 15:00 h.

Local – PETI

3º quinta-feira 28/04/2005

Horário – 15:00 h


Local – Auditório do Centro de Saúde Avelino Elias de Queiroga

4º Sábado 30/04/2005

Horário – 9:00 h

Local – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal

Pombal – PB, 18 de abril de 2005

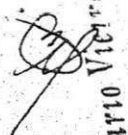

Jairo Vieira Feitosa
Prefeito Constitucional

ANEXO D – Plano Plurianual (PPA) 2006/2009.

Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pombal

PPA 2006 / 2009
RESUMO DAS AÇÕES POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	AÇÃO PPA	DISCRIMINAÇÃO	2006-	2007-	2008-	2009-
01	031	001-	Manutenção da Câmara Municipal	746.000,00	800.000,00	850.000,00	900.000,00
04	122	002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	230.000,00	250.000,00	270.000,00	300.000,00
03	122	003	Manut. Da Procuradoria Geral do Município	260.000,00	270.000,00	275.000,00	290.000,00
04	122	004	Manut. Serv. De Transportes e Trânsito Municipal	30.000,00	32.000,00	35.000,00	40.000,00
04	122	005	Manut. Da Sec. Mun. De Administração	550.000,00	600.000,00	630.000,00	700.000,00
13	391	006	Apoio as Festividades e Comemorações	250.000,00	280.000,00	290.000,00	300.000,00
04	122	007	Manut. Sec. Mun. De Planejamento	50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00
04	123	008	Manut. Secretaria Mun. De Finanças	500.000,00	520.000,00	550.000,00	630.000,00
04	123	009	Manut. Dos Serviços de Controle Interno	100.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00
09	122	010	Manut. Das Contribuições Previdenciárias	250.000,00	300.000,00	350.000,00	400.000,00
12	361	011	Manutenção do Ensino Fundamental	1.500.000,00	1.600.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00
12	361	012	Manutenção do FUNDEF 60%	900.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00
12	361	013	Manutenção do FUNDEF 40%	600.000,00	700.000,00	800.000,00	900.000,00
12	365	014	Manutenção do Ensino Infantil	40.000,00	50.000,00	60.000,00	70.000,00
12	367	015	Manutenção do Ensino Especial	20.000,00	25.000,00	30.000,00	35.000,00
12	361	016	Manutenção do Transporte Escolar	400.000,00	450.000,00	500.000,00	550.000,00
12	361	017	Manutenção do PNAE	60.000,00	70.000,00	80.000,00	90.000,00
12	361	018	Alfabetização Solidária	30.000,00	32.000,00	35.000,00	40.000,00
12	361	019	Manutenção do EJA	80.000,00	90.000,00	100.000,00	120.000,00
12	361	020	Manutenção do PNATE	40.000,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00
12	364	021	Manutenção do Ensino Superior	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
12	361	022	Construção, Reforma e Ampliação de Escolas	100.000,00	120.000,00	130.000,00	120.000,00
12	361	023	Aquisição de Veículos	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
12	361	024	Capacitação de Pessoal	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
10	302	025	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	1.100.000,00	1.200.000,00	1.350.000,00	1.400.000,00
10	301	026	Manutenção do PACS	264.000,00	270.000,00	280.000,00	290.000,00
10	301	027	Manutenção do PSF	700.000,00	750.000,00	780.000,00	790.000,00
10	305	028	Manutenção do Prog. Vigilância Sanitária	45.000,00	50.000,00	60.000,00	65.000,00
10	302	029	Coleta de Lixo Hospitalar	60.000,00	65.000,00	70.000,00	80.000,00
10	301	030	Manutenção de Programas de SAUSUS	80.000,00	90.000,00	95.000,00	100.000,00
10	302	031	Aquisição de Veículo	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
10	302	032	Aquisição de Ambulância	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
10	302	033	Aquisição de Unidade Móvel	48.000,00	-	-	-


Jairo Vieira Feltosa
Prefeito Constitucional

Estado da Paraíba
 Prefeitura Municipal de Pombal

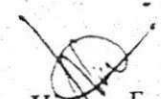
PPA 2006 / 2009
 RESUMO DAS AÇÕES POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	AÇÃO PPA	DISCRIMINAÇÃO	2006-	2007-	2008-	2009-
10	302	034	Const. Reforma e Ampliação de Unid. Saúde	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
10	302	035	Constr. de Aterro Sanitário	200.000,00	-	-	-
10	302	036	Esgotamento Sanitário, Fossas sépticas e Galerias	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
10	302	037	Construção de Privadas	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
10	302	038	Abastecimento D'água	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
10	302	039	Capacitação de Profissionais da Área da Saúde	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
20	621	040	Manutenção dos Serviços de Abastecimento	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00
20	621	041	Assistência ao Pequeno e Médio Produtor Rural	100.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00
20	621	042	Const. Reforma e Ampliação de Açudes e Barragens	150.000,00	100.000,00	130.000,00	200.000,00
20	621	043	Aquisição de Patrulha Mecanizada	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
20	621	044	Apoio ao PRONAF	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
20	621	045	Construção de Poços Artesiais	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
20	621	046	Apoio as Associações Municipais	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
15	451	047	Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	550.000,00	600.000,00	620.000,00	680.000,00
15	451	048	Pavimentação de Ruas, Avenidas e Comunidades	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
15	451	049	Reforma e Ampliação de Rodoviária	80.000,00	-	-	-
15	451	050	Const. Ref. Ampliação de Cemitérios	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
15	451	051	Construção de Casas Populares	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
15	451	052	Construção de Matadouro Público	80.000,00	-	-	-
15	451	053	Constr. Ref. De Passagens Molhadas /Mata Burro	100.000,00	-	-	-
15	451	054	Const. Reforma de Postos Telefônicos	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
15	451	055	Const. Reforma de Lavanderias	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
15	451	056	Eletrificação Rural e Urbana	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
15	451	057	Construção de Caixas D'água	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
15	451	058	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
15	451	059	Recuperação de Estradas Vicinais	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
15	451	060	Constr. Reforma de Prédios Públicos	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
15	451	061	Constr. Reforma de Praças Públicas	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
15	451	062	Construção de Centro Comercial	200.000,00	-	-	-
15	451	063	Construção de Centro Profissionalizante	300.000,00	-	-	-
15	451	064	Abertura de Ruas e Avenidas	50.000,00	-	-	-
15	451	065	Aquisição de Imóvel	15.000,00	-	-	-
15	451	066	Ampliação de Iluminação Pública	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00

Jairo Vieira Furtosa
 Prefeito Constitucional

PPA 2006 / 2009
RESUMO DAS AÇÕES POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

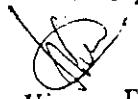
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	AÇÃO PPA	DISCRIMINAÇÃO	2006-	2007-	2008-	2009-
15	451	067	Manutenção das Vias Urbanas	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
04	122	068	Manutenção da Sec. Mun. de Adm. Distrital	30.000,00	35.000,00	40.000,00	45.000,00
08	122	069	Manut. da Sec. Mun. De Trab. e Ação Social	200.000,00	220.000,00	230.000,00	240.000,00
08	241	070	Apoio aos Idosos	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
08	244	071	Assistência aos Deficientes	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
08	244	072	Combate a Fome e a Pobreza	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
08	244	073	Distribuição de vestuários	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
08	244	074	Auxílio Funerário	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
08	122	075	Manutenção do Conselho Tutelar	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
08	122	076	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
08	243	077	Manutenção do PETI	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
08	365	078	Manutenção do PNAC	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
08	244	079	Manutenção da Casa da Família	108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00
08	243	080	Manutenção de Agente Jovem	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
08	365	081	Manutenção de Creches	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
08	365	082	Const., Reforma de Creches	150.000,00			
13	391	083	Manut. Sec. Mun. de Cultura, Esporte e Turismo	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
13	391	084	Preservação do Patrimônio Público	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
13	391	085	Manutenção das Ativ. Artística e Culturais	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
13	391	086	Promover o Turismo Local	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
27	812	087	Manutenção das Atividades Desportivas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
27	812	088	Const., Reforma de Quadra de Esportes	80.000,00			
27	812	089	Const., Reforma de Ginário de Esportes	120.000,00			
27	812	090	Construção de Estádio de Futebol	200.000,00			
23	692	091	Manut. da Sec. de Industria e Comércio	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
23	692	092	Construção de Distrito Industrial	90.000,00			
18	541	093	Manut. da Sec. de Meio Amb. e Rec. Hidricos	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
18	541	094	Manutenção dos Serviços de Jardinagens	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
18	541	095	Plantio de Mudas em Praças Públicas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00


 Jairo Vieira Feitosa
 Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

PPA 2006 / 2009
RESUMO DOS PROGRAMAS FINALISTICOS POR MACROOBJETIVO

MACROOBJETIVO	VALOR
Manter o bom funcionamento do Poder Legislativo	3.296.000,00
Manter o bom funcionamento do Gabinete do Prefeito	1.050.000,00
Manter o bom funcionamento da Procuradoria Geral do Município	1.095.000,00
Manter o bom funcionamento dos serviços de trânsito municipal	137.000,00
Manter o bom funcionamento da Administração	3.600.000,00
Manter o bom funcionamento da Sec. Mun. De Planejamento	230.000,00
Manter o bom funcionamento da Sec. Mun. de Finanças	3.975.000,00
Desenvolver a educação fund., fundef através da aplic. direta de rec. da ed. c.	16.030.000,00
Desenvolver os Programas Educacionais	1.112.000,00
Desenvolver a educação através de execução de projetos	870.000,00
Atender toda a população em hosp., postos de saúde, qualificar pessoal que atuam na área, adquir. veic. tipo ambul., UTI móvel, bem c/ outros.	10.387.000,00
Ampliar o atend. na Saúde do Mun., através de proj. de obras, capac. etc.	2.920.000,00
Ampliar o atendimento ao pequeno e médio produtor rural e manter o desenvolvimento da agricultura Municipal	3.150.000,00
Priorizar o desenv. urbano e rural através de projetos, obras e serviços	6.910.000,00
Manter o bom funcionamento da Sec. Mun. Adm. Distrital	150.000,00
Ampliar o atendimento a população carente, atender através de programas da área social	2.622.000,00
Manter creches do Município	750.000,00
Manter o desenvolvimento da cultura e turismo no município	400.000,00
Manter o desenvolvimento do esporte municipal	460.000,00
Apoiar o crescimento industrial do município	150.000,00
Desenvolver a área ambiental do município	360.000,00
Total	59.654.000,00


Lario Vieira Feijó
Prefeito Constituinte

ANEXO E - Atas de Audiência Pública

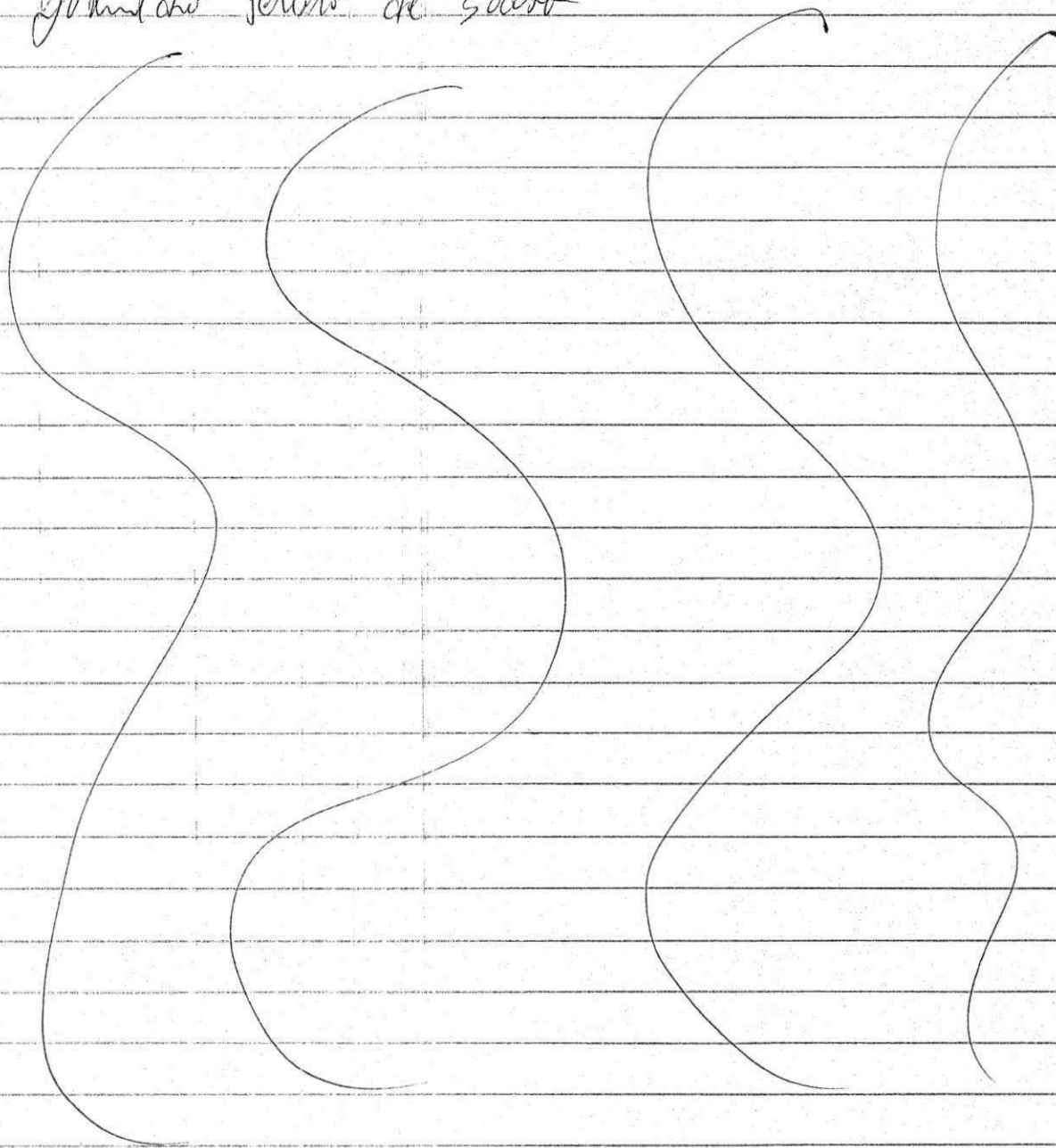
Ata da Audiência Pública para discutir Propostas para a elaboração da LDO para o Exercício dois mil e Oito.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e sete, realizou-se no auditório do Posto de Saúde Dr. Avelino Elias de Queiroga, uma reunião (audiência pública) para discutir as propostas para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária, que contou com a presença de representantes de Associações, Ongs, Escolas e Secretários da Prefeitura Municipal de Pombal. A reunião foi aberta pela Secretária de Administração Edinaura Almeida de Araújo que iniciou sua fala ressaltando a importância da presença de todos nessa discussão, disse também o quanto é importante esse processo democrático onde a população, sugere e critica ações da Administração no sentido de encaminhar ações que beneficiam à população. Acrescentou ainda que esse ato de cidadania é muito importante e deve-se incentivar a participação de todos para que se possa construir uma sociedade mais justa. Em seguida o Sr. Gábson Cablo da Silva explicou como é definida a LDO, os procedimentos a serem seguidos para a elaboração da mesma. Após o representante do bairro Francisco Pereira falou das necessidades dos bairros da cidade no que se refere à Infra-Estrutura. O Sr. Eldon Mácio Tracuda de Sousa explicou como se procede esses serviços e ressaltou que muito já foi realizado no sentido de atender as necessidades dos moradores. Em seguida foi sugerido pelo Sr. Eldon que fosse elencado algumas prioridades, o que foi concordado pelos presentes. As propostas dadas foram: fazer mutirões nos bairros para desta forma atender as necessidades mais urgentes com Infra-Estrutura, Sa-

úde, vigilância sanitária e atividades Socio-cul-
 turais. Foi sugerido ainda um maior trabalho da
 vigilância sanitária na cidade, também foi pro-
 posto que se buscassem meios de realizar algumas
 obras importantes em prédios públicos como o merca-
 do público por exemplo, outros. O representante da
 Germimar sugeriu que fosse realizado campanhas
 de arborização da cidade e um trabalho mais exten-
 sivo para o meio ambiente. Propôs que se buscassem
 parcerias junto a UFPA-Campus de Pombal para apoiar
 as ações do meio ambiente. Para o setor social foi elo-
 cado a importância de se garantir o orçamento e finan-
 ças que desenvolva um trabalho contínuo de preven-
 ção e que se garanta no orçamento aquisição de pes-
 soal e meios necessários para um trabalho social.
 Foi colocado também que se priorizassem os trabalhos
 nas comunidades rurais com horas máquinas, pre-
 servação das estradas e rodagens além de outros ser-
 viços. Como nada houvesse a ser tratado, deu por
 encerrada a audiência e eu Maria Clímene Bezerra de
 Medeiros, que servi de secretaria, lavrei a presente
 ata que lida e achada conforme, contém as assinatu-
 ras de todos os representantes da sociedade. Pombal
 Paraíba dois de abril de dois mil e sete.

José Vinny de Jesus
 Edinaure Almeida de Araújo
 Elton Tony ALVES DOS SANTOS
 Jackson Góes da Pa
 Wanderson Volney Fernandes
 Alton Mano Luís de Lora
 Francisco de Souza Alves
 Luiz Manoel de Souza
 Francisco Lobo
 Witalan Fúria

João Lourenço
 Maria Virginia de Moraes
 Gilberto de Sousa Silva
 Rosilene F. S. Felinto
 Júlia Dantas Weriton
 Estela Soares B. de Souza
 Ana Kardianny Assis de Oliveira
 Ramaisma Kenda W. Weriton de Queiroga
 Veraci Onias de Sousa Monteiro
 Maria de Lourdes Silva Abreu
 Marcelo Perino de Saes



Cita da Audiência Pública para Discussão da LOA (Lei de Orçamento Anual) para o ano de dois mil e oito.

Aos vinte e cinco do mês de julho do ano de dois mil e sete, realizou-se no auditório do centro de saúde "Dr. Avelino Elias de Queiroga" uma audiência pública para discussão da LOA - Lei de Orçamento Anual para o ano de dois mil e oito. A Audiência foi aberta pela secretária de Administração Edinaura Almeida de Araújo que na oportunidade falou das dificuldades que os municípios enfrentam para conseguir recursos para realizar obras, já que nenhuma despesa pública pode ser feita sem que os recursos estejam no orçamento, como também, os administradores têm que obedecer rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde os Prefeitos não podem ultrapassar um determinado limite. Após, a palavra foi passada ao Presidente dos Conselhos que elencou como prioridades para a zona rural, a construção de passagens molhadas, poços artesianos e conservação de estradas. A seguir foi aberto espaço para encaminhamento de propostas. Proposta número um, dada pelo Presidente dos Conselhos, o senhor Aurenildo Fernandes de Araújo, construção de passagens molhadas, poços artesianos e mata-burros na comunidade do Monte Alegre. Proposta número dois, construção de três passagens molhada no sítio Jacu, sugerida por Ivanildo Pereira de Sousa. Proposta número três, limpeza do mato no pátio da estação e outras localidades. Proposta número quatro, construção de passagens molhada e poços artesianos para o sítio Quá. Proposta número cinco, construção de listernas, fossas epticas, construção de casas de alvenaria para os moradores de casas de taipa, caxo pipa e poços artesianos para o sítio Lagoado. Proposta

Proposta, ou melhor, número seis, resolução para o riacho que cruzava o bairro Francisco Paulino, a mesma foi dada pela senhora Maria Helena Gomes Araújo. Proposta número sete, construção de escolas, construção de quadra de esporte, pequenas reformas nas escolas, reabertura da escola Vida Nova e o PETI, para desta forma desonerar o município de despesas de aluguel, as mesmas foram dadas pelo professor Gilberto de Sousa Silva. Proposta número oito - construção da Escola Especial com espaço maior, para desta forma realizar as atividades com os alunos com melhor qualidade. Proposta número nove - construção de paragens molhada e posto médico de saúde para as comunidades de Estrela e Riachão. Após, o presidente da Associação Comunitária do Conjunto Senador Ruy Carneiro agradeceu ao poder público municipal por estar administrando democraticamente, ouvindo a população e utilizando o Orçamento Participativo. Proposta número dez - construção de cisternas e poços artesianos para o sítio Gado Bravo. Proposta número onze, Maria Daquira de Moraes falou sobre os projetos de inclusão produtiva e social e outros que têm a contrapartida dos municípios. Proposta número doze - construção de paragens molhadas e substituição das casas de taipa por casas de alvenaria em Monte Alegre, Bagedo e Malhada de Bezerra. Proposta número treze - construção de poços artesianos e açudes para Camelina. Proposta número quatorze - construção de centros comunitários nos bairros da cidade. Construção, digo. Proposta número quinze, construção de bechês e postos de saúde no conjunto Francisco Pereira, como também, campo de futebol. Proposta número dezesseis - iluminação na BR 230 saída para a cidade de Patos. O presidente da Associação do conjunto Francisco Pereira, o senhor Lou-

rival Pereira da Silva propôs que os trabalhos do referido conjunto fossem realizados pelos moradores do próprio bairro. Propostas, digo, Proposta número dezessete - O senhor Juanelto propôs que o posto de saúde de Santa Maria, extenda o atendimento até a comunidade de Cachoeira. Proposta número dezoito - Aquisição de uma patrol para melhoramento das estradas, a mesma foi dada pelo senhor Marcelo Pereira da Silva Proposta número dezenove - Recuperação da ponte do rio, localizada por trás do Grande Hotel, Proposta número vinte, construção de passagens molhada, construção de banheiros na vila e substituição de casas de taipa por casas de alvenaria para Cachoeira. Proposta número vinte um - construção de passagens molhada e banheiros para o sítio Pinhões. Proposta número vinte e dois - construção de poços artesianos e campo de futebol para o sítio Jacu. Proposta número vinte e três - construção de quadra de esporte, funcionamento da segunda fase do ensino fundamental no turno noite, como também, construção de uma ponte que dá acesso aos bairros. Proposta número vinte e quatro - Implantação da caixa d'água, ampliação do cemitério e construção de fossas sépticas para o sítio Aruda Lãmara. Proposta número vinte e cinco - Incentivo a indústria e comércio. A referida proposta foi dada pelo pastor Claudio Alves da Silva Proposta número vinte e seis - Solucionar os problemas causados pelo açude Chico Amaro, o mesmo alaga o bairro Francisco Paulino no período de seca. Proposta número vinte e sete - O senhor Luiz Gualberto propôs transporte nos bairros e programa pão e leite, com fiscalização feita por um conselho, sugeria, ou melhor, sugeriu ainda, ambi-

lância para recuperar os casos de urgência dos bairros, Proposta número vinte e oito - Construção de uma ponte de acesso à cidade de São Domingos. Proposta número vinte e nove - Construção de passagens molhada para os sítios que dela necessitarem. Proposta número trinta, elencadas pela Secretária de Saúde Yasmia Pollyana Werton Feitosa, a saber: aquisição de aparelhos de ecocardiografia, ultra-sonografia, esofoscopia, raio x, mamógrafos, ultra som fixo, vídeo laringoscopia, ultratransfontoscopia e ambulâncias. A mesma propôs ainda, a criação do CIE e CIF, conclusão da Unidade de Saúde da Família, distribuição de leite pasteurizado para as famílias carentes. Proposta número trinta e um, elencadas pelo senhor José Vieira de Sousa, presidente da GERMINAR, a saber: Restruturação das praças da cidade e construção de novas. Despoluição do açude Nova Vida e Santo Amaro. Construção de duas lavanderias, aquisição de dessalinizador para peões artesanais para o sítio Várzea Comprida dos Oliveiras. Proposta número trinta e dois, pavimentação do bairro Vida Nova, pavimentação e esgoto no bairro Petrópolis e Santo Amaro, aquisição de veículos para transportar estudantes, aquisição de aparelho de oxigênio, conclusão do espaço cultural do bairro dos Poveiros. Proposta número trinta e três, construção de paredes em torno da quadra de esportes do CAIC. Proposta número trinta e quatro, construção de barragens subterrâneas. Após ouvir todos os representantes presentes, a Secretária de Administração Edimaura Almeida de Araújo agradeceu a presença de todos. Como nada mais houvesse a ser tratado, deu por encerrado os trabalhos e eu, Maria Olimere B. de Medeiros Almeida, que servi de secretária, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, contém as assinaturas dos participantes.

Porto
Propo
POA
MOA
Alme
Ange
Mauri
Mauri
Rogério
Ilaria
Julia
Beli
Mar
Dora
Fran
Fery
Vaf
Kunze
Kunze
Jo
maria
Ana
Rom
Paltuci
Edna
Lena
Lena
Faria
RGS
Lina
Lina
Jozer
Mauri

Participantes da Audiência Pública para discutir as
Propostas para a LOA (Lei Orçamentária Anual).
Pombal-PB de julho de 2007.

NOME

ENTIDADE

Almeide de Queiroga Santos	Ass. Com. de Família
Angela M ^{rs} Ferecundes de Almeida	Ass. Com. de Barcheira
Maria Auxilene do Nascimento Lima	Ass. Com. de São João
Maria Joazeide R.A. Brade	Ass. St. Lagoado
Emilda Araujo de Oliveira	Ass. St. Pinhões
Rozicleide Formiga Silvestre	Ass. Varzea C. dos Olivieiros
Ilma Helena Gomes Araujo	Assoc. do Tec. Paulista
Julma de Sá Lourenço	Res. Sitio Flores
Belicia Dantas de Melo	Gr. Rio - Lombaço
Maurice de Jesus F. M. Melo Silva	NIARP
Domício de Oliveira Sousa	Distrito de Arruda Viçosa
Francisco Marcos Vieira Goulart	Sítio Santa Rosa
Françoise de Souza Alves	Jardim Primavera, VILA
Valete de Figueiredo J. Silva	Somcot. entre RA. Votoca
Luiz Carlos P. de, Silva	PRESID. ACCFP
Luiz Carlos F. Soares	PRESID. AS NOVAVIDA
João Ari Melo Vieira	Assoc. católica
Maria Janiglauria Ferecundes de Lima	Associação Riachão de Bai
Joa Leidianny Feres de Oliveira	Escola Municipal "Deusa"
Romaelma Reis Dantas Winton	Escola Municipal "Vida Nova
Patricia Fernandes de Oliveira	Assoc. Britão
Edna Tania da Silva Anacleto	Susosiação de Juá
Luiz de Fatima de Sousa Lacerda	A.C.S. de Juá
Leidete Urteiga Costa	A.C.S. Sítio Malhada da Beza
Patricia F. de Sousa	Sociedade Ev. Evang. de Pombal
Rosimere Luiz de Lima Santos	Assoc. Presidente
Luiz Carlos de Sousa	VA S COMP
Francisca Pereira de Sousa	AAESP. AN. Agentes Comunit
Joseana Rodrigues Caliete	Escola Especial
Maria de Fatima Rodrigues	Escola Newton Seixas

Gilberto de Sousa Silva - Sec. Educação e Cultura
 Afonso Carlos de Sousa Monteiro - Diretor (Escola Matilde de Castro)

José Carlos Gomes de Melo - Dir. Adjunto N.S. Basílio
 da - Xavier da Costa Nova Viçosa (A.C.S.)

Anderson Viriato Ribeiro - LOJA MARCONI DAIS CARROÇA E JUSTIÇA,
 José Marcelino de S. Neto - RÁDIO MARINGÁ FM

Maria do céu, Bruna da Silva.

José Vitor de Souza - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE/ARQUIVOS

Cita da audiência pública para discussão da LOA (Lei de Diretrizes Orçamentaria) de dois mil e sete. Nos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete realizou-se no auditório do Centro de Saúde Cavellino de Queiroga em audiência pública para discussão da LOA - Lei de Diretrizes Orçamentária. A reunião foi iniciada às oito e trinta horas e contou com a presença de vários representantes das associações e Ongs. A audiência foi aberta por Cláudia Almeida de Araujo com uma explanação sobre a importância do discurso por parte de toda sociedade organizada. Ela falou que enviou edital de convocação para todas as emissoras de rádio da cidade para ser divulgado e que mandou ofícios a vários órgãos públicos e também para o representante do NIARP - Núcleo Integrado das Associações e o UASCOMP - União das Associações Comunitárias. Em seguida foi apresentado o PPA - Plano Plurianual e a LDO para que pudessemos elencar propostas condizentes para nossa cidade. A senhora Maria Cécia Costa Ferreira representando o Sinsemp - Sindicato dos Servidores Públicos de Pombal propôs que fosse colocado no orçamento serviços de saneamento básico para o bairro Petrópolis e que, garantisse recursos para a reforma do Plano de Cargos e Carreira dos servidores. O senhor Jádson da Silva usou a palavra e explicou que os serviços de pavimentação necessita de uma avaliação a partir do mapeamento da cidade para detectar prioridades. Em seguida foi sugerido que elencássemos as propostas a partir das DO - PPA, o que foi concordado por todos os representantes. As propostas dadas foram: aumentar o orçamento para horas máquinas, melhorar a fura

de animais, fazer limpezas dos açudes, para a Secretaria de Saúde sugeriram instalações de PSF na zona Rural e em bairros da cidade, readaptar escolas fechadas nos sítios para postos de saúde em Lachoeira, Monte Alegre, Santa Maria, e outros, contratar médico veterinário para atender o homem do campo. Outras propostas sugeridas foram: aquisição um desinfectador, construção de uma escola para atender alunos com necessidades especiais, reforma da E.M. E. J. Matilde de Castro Bandeira, construção de quadras e ginásios de esporte, manutenção do ginásio do CASC. Para infra estrutura foi proposto recuperação de paragem molhada nas localidades do Quã, Monte Alegre, Várzea Limpada dos Oliveiras e outros que surgir necessidade. Pavimentar a estrada que liga o Ganduy Carneiro ao Centro, fazer bueiro de concreto no Ganduy Carneiro, construção do matadouro, reforma do açoque e mercado público, foi sugerido também que seja feito o orçamento Branco para ser implementado no município além de implantação de Programas Sociais que atenda a população em situação de vulnerabilidade social, para o meio ambiente o representante da ONG Geminar propôs que seja feita arborização na cidade, evacuação de becos de mudos, plantação de árvores frutíferas nas praças, que seja finalizadas construções de casas para que seja feita fendas e que se busque recursos para revitalizar o rio Piancó. Outras sugestões previstas dos participantes no setor de Educação e Ação Social que já estão contemplados na LDO. Após ouvir todos os representantes presentes, O Senhor Eldon Marinho e Ednaura Almeida e Luciana Formiga agradeceram a presença. Como nada mais houvesse a ser tratado, deu por encerrado os trabalhos e eu, Maria Olimene Bezerra de Medeiros, que servi de Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, contém as assinaturas de todos os participantes digo representantes do sociedade, Pombal Paraíba vinte e dois de agosto de dois mil e seis. Maria Olimene Bezerra de Medeiros Neto

Raimundo Laurentino de Azevedo Filho ASS Barroca

Maria de Jesus Freitas Melo Silva - NIARP

Risomar de Sousa Matos Santos Assencio (2) Varziza Comprida das Oliveira

Luiza Bucio (Costa Ferreira)

Luiza Helena Passada de Sousa

Cláudio Monteiro de Melo Nishita Cachoeira

Simone Verdina Bonifacio Gabriel - Secretaria Municipal de Educaçao

Adria Dantas Wendon

Almirante A. Costa Gomes - Natilole de Castro

Luiz Roberto Cardoso Monteiro Soares

Luiz Pereira Vieira Formiga - Sec. Financas

Sebastião Joaquim de Araujo Sec. Cultura

Altair Tavares Alves dos Santos Dir. de Agricultura

Jose Marcelino de S. Neto - RÁDIO MARINGÁ FM

Luiz Monteiro de Silva - Sec. Infra Estrutura

Alisson Mendes Cunha da Sousa Sec. ind. Comercio

Wilson Galde de Ruy Sec. DE PLANEJAMENTO

Francisco dos Chagas Firmiano de Almeida - Sec. de Agric.

Edmonara Almeida de Araujo - Sec. Administracão